

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ARTHUR BORBA COLEN FRANÇA

NAÇÃO E IDENTIDADE NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI:
UMA ANÁLISE A PARTIR DA CULTURA

Porto Alegre

2016

ARTHUR BORBA COLEN FRANÇA

IDENTIDADE E NAÇÃO NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI:
UMA ANÁLISE A PARTIR DA CULTURA

Trabalho de conclusão submetido ao curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais

Orientadora: Profa. Dra. Sônia Maria Ranincheski

Porto Alegre
2016

ARTHUR LUNA BORBA COLEN FRANÇA

IDENTIDADE E NAÇÃO NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI:
UMA ANÁLISE A PARTIR DA CULTURA

Trabalho de conclusão submetido ao curso de
Graduação em Relações Internacionais da Faculdade
de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito
parcial para obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais

Aprovado em: Porto Alegre, 24 de junho de 2016

BANCA EXAMINADORA:

Professora Doutora Adriana Dorfman
UFRGS

Professor Doutor Henrique Carlos de Oliveira Castro
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não seria possível sem a contribuição de um número grande de pessoas. Em primeiro lugar, agradeço à professora, mentora e amiga Adriana Dorfman. As múltiplas oportunidades de pesquisa que me proporcionastes, sua confiança, parceria e dedicação moldaram a maneira com que vejo a academia e a produção da ciência. Obrigado por ter aberto as portas da academia, dos Estudos Fronteiriços e de sua casa ao longo desses anos. Sua contribuição é clara não só nas referências bibliográficas como no entendimento de que o conhecimento deve ser situado, posicionado e inclusivo.

Agradeço à professora Sônia Ranincheski por sua compreensão, disponibilidade e orientação. Fico agradecido e feliz que um trabalho com uma abordagem não tradicional tenha tido o interesse e apoio de uma pesquisadora como a senhora.

Agradeço também a aqueles em Porto Alegre, Belo Horizonte e Brasília que tornam meu cotidiano e minha vivência amorosas, seguras e tranquilas, possibilitando que a pesquisa acadêmica seja feita. Dentre os muitos nomes, destaco Ismael, André, Andréia, Álvaro, Maria Giovana, Luiza e Guilherme. Tenho certeza de que seguiremos próximos por ainda muitos anos. Obrigado por tudo.

Sou grato a toda a equipe do Festival Internacional de Cinema da Fronteira 2014 por sua recepção, hospitalidade e disponibilidade durante e após meu trabalho de campo. Destaco aqui as figuras de Zeca Brito e Adriana Gonçalves por suas grandes contribuições.

Finalmente, manifesto também gratidão às agências financiadoras que possibilitaram minha pesquisa ao longo da graduação: CNPq, FAPERGS, Fundação Joaquim Nabuco e Ministério da Integração Nacional. Agradeço também à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a todos os seus servidores empenhados com a educação brasileira.

RESUMO

Este trabalho faz uma análise da identidade que emerge do processo de integração na fronteira entre o Brasil e o Uruguai, através de suas produções culturais. Seu objetivo é procurar delimitar a existência (e as características) de uma identidade fronteiriça nessa região e procurar operacionalizá-la com os conceitos de nação e identidade nacional. Essa análise é fundamentada em dois movimentos: primeiramente, em um resgate teórico de conceitos como nação, identidade nacional, integração, região e cultura; depois, em uma investigação da identidade em questão com trabalho de campo – entrevistas com produtores culturais e membros da organização de festivais – e análise das produções culturais. Analiso três produtos audiovisuais documentais: “Fronteira”, “A Linha Imaginária” e “A Linha Fria do Horizonte”, todos de 2014. Tendo em mente, portanto, que há outros atores nas Relações Internacionais além do Estado e outras escalas possíveis de análise, novas possibilidades de caracterização dessas identidades emergem. Entre essas possibilidades, há o termo transfronteiriço. Da pesquisa, depreendo que há uma identidade territorial que não somente é reativa a uma cultura nacional não representativa como também é resultado de laços geracionais e pertencimentos territoriais. A fronteira, nas representações culturais, aparece e desaparece, e os fenômenos internacionais de fronteirização e desfronteirização (bordering e debordering) são explicativos para este estudo. Essa contradição tem explicações teóricas, mas também se explica como estratégia de ativismo e sobrevivência. A integração é retratada como total e a fronteira como imaginária, como um reflexo do cotidiano compartilhado, trazendo força a movimentos sociais que demandam autonomia e reconhecimento.

Palavras-Chave: Identidade. Nação. Fronteira. Cultura. Brasil-Uruguai.

ABSTRACT

NATION AND IDENTITY AT THE BRAZIL-URUGUAY BORDER: AN ANALYSIS THROUGH CULTURE

This work is an analysis, through cultural productions, of the identity that emerges from the process of international integration at the border between Brazil and Uruguay. Its objective is to investigate the existence (and features) of a border identity in this region and work it with concepts such as nation and national identity. This analysis is done in two stages: first, a theoretical review of nation, national identity, integration, region and culture; later, an investigation of the identity in question with fieldwork - interviews with cultural producers and members of the festivals organization - and analysis of cultural productions. Three documentaries, "Fronteira", "A Linha Imaginária" and "A Linha Fria do Horizonte" all of 2014, are studied. Having in mind that there are other actors beyond the state in International Relations, and other possible scales for study, new possibilities of characterization of this identity emerge, such as transborder. As a result, I conclude that there is a territorial identity that is not only reactive to an unrepresentative national culture, but as well as it is the result of generational and territorial affiliations. The border, as represented on the local culture, appears and disappears, and international phenomena of bordering and debordering are explanatory for this study. This contradiction has theoretical explanations, but also is explained by activism and survival strategies. Integration is portrayed as complete and absolute and the border as imaginary; a reflection of the shared life, bringing strength to social movements that demand autonomy and recognition.

Keywords: Nation. Identity. Border. Culture. Brazil-Uruguay.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1. IDENTIDADE E TERRITÓRIO.....	14
2. INTEGRAÇÃO REGIONAL E FRONTEIRA	21
3. CULTURA E INTEGRAÇÃO CULTURAL	28
4. FRONTEIRA COMO FONTE	37
5. NOTAS FINAIS	46
REFERÊNCIAS	48
ANEXO 1 – CARTA DA FRONTEIRA	55

INTRODUÇÃO

Este trabalho faz uma análise da identidade que emerge do processo de integração na fronteira entre o Brasil e o Uruguai, através de suas produções culturais. Dedico-me a este trabalho tanto porque mais estudos como este, que tematizam fronteira e identidade, são necessários, quanto por ele representar uma continuação de meu envolvimento em projetos de pesquisa sobre os territórios fronteiriços brasileiro.

O objetivo desta monografia é, através da bibliografia, da análise de produções audiovisuais e do trabalho de campo, procurar delimitar a existência (e as características) de uma identidade fronteiriça nessa região e procurar operacionalizá-la com os conceitos de nação e identidade nacional. Daí emergem questões como “Seria esta identidade uma oposição às identidades nacionais brasileira e uruguaia?”, “Estariam essas pessoas reivindicando uma própria nacionalidade?” e “Como essas pessoas se entendem e se retratam frente as identidades dos Estados territoriais?”.

Tradicionalmente, o Estado é a escala privilegiada de análise nas Relações Internacionais (RI). Tendo a escala estatal como prioritária, é possível caracterizar essas identidades pesquisadas com os termos subnacionais e transnacionais. No entanto, já é possível afirmar que

Durante muitos séculos, tivemos a tendência de reduzir a lista de atores a aqueles que possuem a classificação privilegiada de 'sujeitos de direito', ou seja, os Estados. Essa visão dos fatos está, hoje, ultrapassada. Certamente, os Estados são os principais sujeitos do direito internacional, mas não é mais possível confundir os conceitos de 'sujeito de direito' e 'ator' (MERLE, 1995:16, tradução livre).

Tendo em mente, portanto, que há outros atores nas Relações Internacionais e outras escalas possíveis de análise, novas possibilidades de caracterização dessas identidades emergem. Entre essas possibilidades, há o termo transfronteiriço. O fenômeno transfronteiriço está ligado com o próprio processo da formação territorial das fronteiras. Assim,

Durante o século XX, a complexidade cada vez maior ente os limites geopolíticos e simbólicos de uma fronteira levou ao surgimento das chamadas “cidades-gêmeas”, termo utilizado para descrever cidades fronteiriças de dois países com grande proximidade social e cultural e cooperação econômica. Neste contexto, o conceito de “transfronteiriço” adquiriu sentido nestas cidades que se viram sujeitas a um intenso processo de mobilidade de pessoas e mercadorias. Desta maneira, a interdependência, a direção, a frequência e o sentido dos cruzes são chave para compreender a “transfronteiridade” dos habitantes em regiões fronteiriças (CAMPOS-DELGADO, HERNANDÉZ;

2015:15, tradução livre)

Transfronteiriço, portanto, diz respeito a uma dinâmica de interação na região fronteira caracterizada por fluxos intensos de mercadorias e pessoas e proximidade social e cultural. O termo deixa explícito que não se trata de duas regiões em contato, uma de cada lado do limite internacional, mas sim da formação de uma região que cruza esse limite. No entanto, não podemos confundir o fenômeno e acreditar que essa identidade e dinâmica existem *apesar* da fronteira. Ao contrário, uma dinâmica transfronteiriça existe *por causa* da fronteira, pelas possibilidades de trocas e ganhos que a demarcação dos limites cria. Não se trata, portanto, de ignorar a escala estatal, e sim de incorporar à análise outras escalas.

O estudo das identidades transfronteiriças, inclusive com este entendimento multiescalar, não é novo. Esse espaço, por suas particularidades, propicia novos entendimentos sobre Estado, Nação, internacional, local e integração. É dessa maneira que torna-se apropriado dizer que

As fronteiras internacionais, para além dos pressupostos teóricos e metáforas a elas dedicadas (barreiras, filtros porosos, contenedores, pontos de união etc.), são demonstrações do poderio e distinções entre o próprio e o distante inscritos em um território objetivado. A análise destes contextos permite observar processos, dinâmicas e confrontações não somente relativas à demarcação territorial, mas também a processos de afirmação, reafirmação e negociação identitária, assim como de apropriação e uso de recursos materiais e simbólicos, reforçados, reproduzidos e gerados pelas fronteiras elas mesmas. (CAMPOS-DELGADO, HERNÁNDEZ; 2015:7).

Esse território, portanto, é rico justamente porque nele observamos não apenas dinâmicas relativas ao limite internacional, mas também negociações e construções identitárias. Julgo ser importante destacar que este trabalho não pretende-se neutro, ou seja, não creio que esta é uma análise da identidade “exótica” dos “outros”. Entendo, assim como Lindomar Albuquerque afirma, que

Investigar as zonas fronteiriças é por em suspensão, ou seja, problematizar as formas de classificação dos agentes do Estado, da imprensa local, nacional e internacional, dos discursos políticos, dos diversos agentes sociais e dos próprios investigadores que realizaram trabalhos de campo nesta região. Somos todos produtores de imaginários fronteiriços. Como pesquisadores, estamos também imaginando fronteiras a partir de discursos, práticas sociais e experiências individuais de nossos interlocutores (ALBUQUERQUE, 2015:105)

Albuquerque, assim, provoca-me a me perguntar “como imagino a fronteira”. Metodologicamente, essa pergunta se traduz ao questionar como, e utilizando quais fontes, é

possível construir a análise da identidade transfronteiriça.

Neste trabalho, essa análise é fundamentada em dois movimentos: primeiramente, em um resgate teórico de conceitos como nação, identidade nacional, integração, região e cultura; depois, em uma investigação da identidade em questão com trabalho de campo – entrevistas com produtores culturais e membros da organização de festivais – e análise das produções culturais. Com relação às produções culturais, analiso três produtos audiovisuais documentais: “Fronteira” (FRONTEIRA, 2014), “A Linha Imaginária” (A LINHA IMAGINÁRIA, 2014) e “A Linha Fria do Horizonte” (A LINHA FRIA..., 2014).

Os três documentários escolhidos traçam perfis de cotidiano e cultura nessa região, por vezes contrastando-os ou comparando-os com um cotidiano ou cultura “brasileira”. Todas essas produções foram exibidas no Festival Internacional de Cinema da Fronteira em 2014, onde o trabalho de campo foi feito. Na ocasião, produtores culturais e membros da organização do Festival foram entrevistados. Trechos da entrevista de Zeca Brito, idealizador e organizador do Festival, estão na seção 3 deste trabalho.

Em síntese, foram usadas as seguintes fontes de dados: entrevistas realizadas no Festival Internacional de Cinema da Fronteira em 2014 e os três audiovisuais citados. Este trabalho de campo soma-se a outros realizados nos últimos cinco anos, nos quais tive a oportunidade de visitar e pesquisar a região fronteiriça entre Brasil e Uruguai múltiplas vezes.¹ O campo, metodologia que tomo emprestada da Geografia e Antropologia, mostrou-se uma das maneiras adequadas de investigar identidades culturais.

Mas por que escolher um corpus artístico para esta análise? A pesquisadora francesa Amilhat-Szary, estudiosa da arte fronteiriça (border art), argumenta que

A escolha por estudar artistas plásticos visuais responde à preocupação de trabalhar sobre a *dimensão visual das relações de poder* tais como elas se exprimem em torno das fronteiras. Ela põe em jogo a relação com o sensível dos lugares e a forma como essa intervém na definição das relações de dominação (AMILHAT-SZARY, 2015:1, ênfase adicionada).

Como escreve a autora, é possível estudar a dimensão visual das relações de poder através de produções artísticas e culturais². As relações de dominação de que fala a autora

1 Agradeço imensamente à professora dra. Adriana Dorfman pelas oportunidades de pesquisa durante a graduação que possibilitaram este trabalho. Agradeço também às instituições que financiaram essas pesquisas, o CNPq, a FAPERGS, a Fundação Joaquim Nabuco e o Ministério da Integração.

2 Não me prolongarei no debate da História da Arte ou do Estatuto da Obra de Arte. Historiadores e teóricos das Artes visuais traçaram, e continuam traçando, os limites dos termos arte, obra de arte e cultura. Neste trabalho, chamarei os filmes e outros artefatos e produtos visuais de produções culturais, já que este é um conceito mais caro às RI e à Geopolítica. Para um aprofundamento do conceito de Arte e sua história, veja BELTING, 2006.

podem ser entendidas em um sentido semelhante ao de Foucault, especialmente quando este argumenta que o Estado é um aparelho regulatório (FOUCAULT, 2012). As produções culturais podem ser muito úteis para obtermos uma nova perspectiva desse aparelho regulatório, e das identidades que dele emanam, especialmente em um ambiente em que ele se faz tão presente, como as fronteiras interestatais (DAS, POOLE; 2008).

Apesar do estudo das fronteiras mostrar-se como ferramenta válida para a investigação sobre identidades, através de suas produções culturais, este território não é objeto de estudo usual das Relações Internacionais. Márcio Scherma, por exemplo, argumenta que

(...) o tema 'fronteiras' tem sido pouco explorado pelos teóricos das Relações Internacionais. Seu conceito foi bastante mais estudado pela geografia e pela geopolítica, que acabou influenciando, sobremaneira, estudos em outras áreas do conhecimento. É possível, todavia, estudar a região de fronteira a partir da ótica das Relações Internacionais. O conceito de fronteira é derivado de outros conceitos-chave da disciplina, como Estado, território, soberania, sistema internacional e anarquia – todos estes, temas fundamentais na agenda de pesquisa da academia (SCHERMA, 2015: 30).

Scherma põe o espaço fronteiro no centro da análise pois este espaço conjuga outros conceitos importantes e tradicionais da disciplina de Relações Internacionais, relativos ao Estado e ao Sistema Interestatal. Outros pesquisadores vão além e argumentam que, apesar do entendimento de fronteiras estarem à *margem* do Estado, este espaço está no centro das políticas estatais e do processo de construção simbólico-institucional dessa instituição (DAS, POLE, 2008). Poderíamos, ainda tendo em mente a escala estatal, argumentar que outros conceitos-chave das RI, como integração, também estão presentes no estudo da região fronteira.

Há, no entanto, outro conceito aqui trabalhado que não é usual nas RI: cultura. Sobre as principais correntes teóricas e a ausência de estudos culturais, Hugo Suppo argumenta que:

(...) os três grandes paradigmas dominantes na área de relações internacionais, ao privilegiar apenas um fator (o político, para o realista, o econômico, para o liberal, e a revolução tecnológica para o da interdependência) não conseguiram explicar toda a *complexidade da realidade internacional* (SUPPO, 2012:13, ênfase adicionada).

Suppo, assim, argumenta que há uma complexidade que é perdida pelos internacionalistas ao ignorar a dimensão cultural em suas análises. Assim, considerando o espaço estudado, a metodologia e as abordagens possíveis, desenha-se uma pesquisa que pode ser resumida no quadro abaixo (quadro 1):

Quadro 1 – Desenho da pesquisa deste TCC: aspectos e abordagens	
Aspecto da análise	Abordagem proposta
Escalas analisadas	Escalas nacional, subnacional, transfronteiriça
Metodologia	Trabalho de campo, levantamento de tratados e documentos, análise de discurso
Espaço tematizado	Região fronteiriça
Dimensão estudada	Identidade e Cultura

Quadro 1: Desenho da pesquisa de campo deste TCC – aspectos e abordagens. Elaboração própria

No quadro acima, é possível perceber que este trabalho, fruto de uma formação em Relações Internacionais, é interdisciplinar. É importante, no entanto, destacar dois pontos. O primeiro é o de que a multidisciplinaridade não é um obstáculo às Relações Internacionais. O segundo, a atenção para este entendimento da “complexidade da realidade internacional” e os erros cometidos ao retratar o mundo como “globalizado” e “sem fronteiras” (FUKUYAMA, 1992).

O primeiro ponto pode ser duplamente defendido, já que este estudo centra-se em dois conceitos que são objetos de análise de internacionalistas: integração e identidade. Sobre identidade, parte da academia argumenta da necessidade de mais estudos com esta temática.

Autores críticos do *mainstream* das teorias de Relações Internacionais têm, portanto, insistido que questões sobre identidade não devem ser deixadas apenas para sociólogos e psicólogos. Autoras feministas, em particular, têm chamado atenção de todos os pesquisadores de Relações Internacionais para tornarem-se curiosos sobre identidades políticas (ZALEWSKY; ENLOE, 1995: 280, tradução livre)

As identidades políticas, assim, estão cada vez mais sendo estudadas nas RI e sua importância é crescente. O segundo conceito, o de integração, sustenta-se em pilares muito semelhantes ao primeiro. Henrique Prado resume que

A interação entre os Estados sempre esteve presente na pauta das relações internacionais, não somente nas relações bilaterais ou multilaterais, mas também ao buscar uma relação de proximidade e, até mesmo, construção de afinidades políticas e econômicas, levando a uma integração de ações. Tradicionalmente, os Estados nacionais ainda são apontados como os grandes motores desta integração. Contudo, o processo de integração regional pode ser desenhado pela presença de outros atores, tanto governamentais como não governamentais. Pode possuir, na esfera governamental, uma característica nacional, subnacional ou mesmo transnacional (PRADO, 2013: 19).

Como argumenta Prado, não só a pauta da integração é cara à disciplina, como já há o entendimento da importância de estudar essa integração também em outras escalas, sem que

isso signifique diminuir ou ignorar a importância da escala estatal. É importante também entender, especialmente para o estudo de territórios, populações e imagens à margem dos Estados (DORFMAN, FRANÇA, CORSEUIL, 2013), que a globalização e a integração das nações não são processos homogêneos, sendo este o verdadeiro fator das complexidades da realidade contemporânea. Milton Santos (1994), por exemplo, já discutia que a globalização chega de maneiras distintas aos diferentes agentes políticos, e que forma-se uma classe de “homens lentos”, agentes marginalizados pelo processo globalizante e que têm menos capacidade de mobilidade. Ademais, é preciso lembrar-se dos trabalhos que já mostraram que o mundo passa por processos simultâneos de fronteirização e desfronteirização (*bordering e debordering*). As fronteiras se abrem para algumas mercadorias e pessoas, isto é, se dissolvem ou “desaparecem” (desfronteirização) e se fecham para outras, se armam ou se “muram” (fronteirização). Pode-se dizer que

(...) o auge dos enfoques de “debordering”, ligados principalmente aos discursos da globalização econômica para além da delimitação dos Estados-Nação (APPADURAI, 1996), viu-se profundamente transformado com os fatos de 11/9 no território estadunidense. Assim então, os estudos de fronteira no século XXI enfatizam um “rebordering”, sublinhando não só o reforço das fronteiras existentes, como também a criação de novas funções, práticas e discursos em torno delas (WALTERS, 2006). (CAMPOS-DELGADO, HERNANDÉZ, 2015:9)

Já não é mais possível recorrer à imagem do “mundo sem fronteiras” (AMILHAT SZARY, GIRAUT, 2011). É neste contexto de *bordering* e *rebordering*, de integração desigual e com o entendimento do Estado como instituição regulatória, que se fazem as perguntas “Que marcas a integração deixou na fronteira Brasil-Uruguaí?”, “Que identidade emerge neste território, e como essa identidade se posiciona em relação às identidades nacionais?”.

Para responder a esses questionamentos, este trabalho conterà cinco seções. Na seção 1, Identidade e Território, estudo os conceitos de identidade, nação e território, procurando compreendê-los e operacionalizar outros, como identidade nacional e regional. Na seção 2, Integração Regional e Fronteira, debato integração, integração regional e como esse processo se dá na região estudada. Na seção 3, Cultura e Integração Cultural, discuto os conceitos de cultura e integração cultural, bem como os movimentos políticos e sociais neste sentido que se manifestam na fronteira. Na seção 4, Fronteira como fonte, analiso os discursos e narrativas presentes nos filmes selecionados e analiso as entrevistas realizadas, tendo como parâmetro a discussão dos conceitos de Estado, identidade e integração cultural anteriormente levantados. Finalmente, na seção 5, aponto notas finais deste estudo.

1. IDENTIDADE E TERRITÓRIO

Como este trabalho propõe-se a investigar a identidade fronteiriça e colocá-la em perspectiva com identidades nacionais, nada mais pertinente do que iniciá-lo com uma discussão sobre o conceito de *identidade*. Podemos entender que

(...) “identidade” é uma categoria tanto prática como de análise. Como categoria prática, é usada por atores “correntes” em algumas (não todas) circunstâncias cotidianas dando sentido a si mesmos, a suas atividades, ao que compartilham e ao que os diferencia dos outros. Também é usada por políticos para persuadir as pessoas para que os compreenda, seus interesses de certa maneira, para persuadir a certas pessoas que são (para certos propósitos) “idênticos” a outros e às vezes diferentes dos outros, e para organizar e justificar a ação coletiva dentro de certas linhas. Assim, o termo “identidade” é utilizado tanto na vida cotidiana quanto em “identidades políticas” de várias maneiras (BRUBAKER, COOPER, 2001:5-6, tradução livre)

Como explicam os autores, identidade tem usos cotidianos e políticos. Cotidianamente, descreve comportamentos que diferenciam grupos. Politicamente, o termo é usado, de forma orientada, para desenhar comunidades de pertencimento e de exclusão. No entanto, é importante ter em mente que identidade é um conceito normativo. Com isso, quero dizer que um indivíduo ou grupo sem identidade é uma fonte de problemas existenciais e políticos. É possível argumentar que

1. Identidade é algo que todas as pessoas têm, ou deveriam ter, ou estão buscando;
2. Identidade é algo que todos os grupos (ao menos os grupos de certo tipo, como étnicos, raciais ou *nacionais*) têm, ou deveriam ter;
3. Identidade é algo que as pessoas (e grupos) podem ter sem ser cientes disso. Nessa perspectiva, identidade pode ser algo a ser descoberto, e algo que alguém pode estar reclamando (...);
4. Noções fortes de identidade coletiva implicam noções fortes de limites e homogeneidades grupais (...), um claro limite entre o dentro e o fora. (BRUBAKER, COOPER, 2001:12-13, ênfase adicionada, tradução livre).

Os autores, portanto, nos explicam que a identidade é evidente ou, no mínimo, se configura como um objetivo a ser buscado, especialmente em grupos étnicos, raciais ou *nacionais*. É dessa maneira que torna-se possível, por exemplo, falar em uma brasilidade, em uma sociedade brasileira e, finalmente, na nação brasileira. O limite entre o interno e o externo fica ainda mais evidente quando nos damos conta que

(...) “sociedade” significa em teoria política internacional o que significa no uso cotidiano: a ordem social ou organização subordinada a um Estado Territorial. Assim, comumente encontramos frases como “a sociedade italiana” ou “a sociedade americana”. Isso reforça o poder totalizante do Estado

territorial como uma força maior; tudo está subordinado a ele (AGNEW, 1994:68, tradução livre).

John Agnew chama atenção para o caráter totalizante do Estado que torna possível falarmos de uma sociedade brasileira ou uruguaia sem que isso, em um nível superficial, gere dúvidas ou questionamentos. Quando nos deparamos com a expressão “sociedade brasileira”, o entendimento comum é o de que ela se refere a todos os brasileiros; em outras palavras, a aqueles que estão contidos dentro do Estado territorial brasileiro, excluindo, conseqüentemente, os cidadãos localizados em outros espaços. Começo, assim, a argumentar que não é possível compreender uma identidade que está ligada a um território, como a identidade fronteiriça, sem antes compreender a identidade nacional.

Anne-Marie Thiesse introduz esse debate, estudando a formação das identidades nacionais europeias. A autora escreveu que

O advento dos Estados Nações foi promovido por meio da *elaboração de um sistema de identidades coletivas inteiramente novo*. Atualmente, a existência de identidades nacionais fortes é incontestável; mais ainda, estas identidades nacionais, que parecem irredutíveis e ancoradas nas profundezas da história, parecem constituir o maior obstáculo para a União do continente. Entretanto, *estas identidades nacionais não existiam em 1800*. Sua criação foi uma das grandes obras europeias do século XIX, *da qual participaram massivamente intelectuais, artistas e escritores* (THIESSE, 2001: 7, ênfase adicionada).

Thiesse traz dois pontos relevantes para a discussão: a) a identidade nacional é um processo histórico, e não uma característica natural dos povos e b) desse processo participam intelectuais e artistas, ou seja, agentes culturais. Mas como se dá esse processo, de fato? Como se criam, e se mantêm, essas identidades? Thiesse segue e explica que:

O que constitui a nação é a transmissão, através das gerações, de uma herança coletiva e inalienável. A criação de identidades nacionais consistirá em *inventar este patrimônio comum*, isto é, de fato, em inventá-lo (THIESSE, 2001:8, ênfase adicionada).

A autora defende o papel central das próprias relações geracionais e da transmissão de valores. É através da criação de um imaginário comum, de “algo que nos une” passado de geração em geração, que se firma uma nação. Esse processo também é bastante centrado na diferenciação em relação ao outro: somos brasileiros porque nascemos *neste território*, partilhamos *desta história* e, além disso, não nascemos *naquele território* ou partilhamos *daquela história*. Há assim, uma comunidade imaginada e limitada, nos termos de Benedict Anderson. Imaginada pois seus membros crêem que seus símbolos e valores são compartilhados com todos ao seu redor; limitada pois ela se estende até, por contraste, ver-se

refletida em outra (ANDERSON, 2008).

Estas comunidades não são processos orgânicos. Os produtores de cultura não deliberam, a seu prazer, o que irão transmitir como sendo a identidade nacional que lhes convém. Para Thiesse, por exemplo, há uma lista, muito bem estabelecida do que compõe uma nação.

Atualmente, a lista de elementos que uma nação digna deste nome deve possuir está bem estabelecida: ancestrais fundadores, uma história que estabeleça a continuidade da nação através das vicissitudes da história, uma galeria de heróis, uma língua, monumentos culturais e históricos, lugares de memória, uma paisagem típica, um folclore, tudo isso sem contar algumas identificações pitorescas: modo de vestir, gastronomia, animal emblemático. Esta lista é prescritiva: as nações que acabam de ter acesso ao reconhecimento estatal em decorrência da fragmentação da Iugoslávia, da Tchecoslováquia ou da URSS não param de manifestar ostensivamente sua adesão (THIESSE, 2001:9).

Ao identificar uma lista de elementos prescritivos de uma nação, escancara-se que a identidade nacional se trata de um projeto deliberado e historicamente imposto. Não é possível pensar a identidade nacional e o nacionalismo como “sentimentos naturais de pertencimento”. Este projeto parte do, e serve ao Estado. Dessislava Lilova, por exemplo, explica o papel da educação, mais precisamente da disciplina de geografia e da cartografia, na formação da identidade nacional da Bulgária (LILOVA, 2007). Benedict Anderson identifica nos censos populacionais, na construção cartográfica e nos acervos culturais oficiais (censo, mapas e museus) instrumentos de controle estatal e de perpetuação da identidade nacional (ANDERSON, 2008).

Somando a esse entendimento, Smith conceitua que a nação é uma “concepção cívica”, uma comunidade que possui leis soberanas e um sentimento de pertencimento a um território historicamente constituído. Por isso, através de meios de comunicação das massas, a educação e a mídia, o projeto nacional procura criar uma cultura única, reforçando a comunidade delimitada pelas leis (SMITH, 1994; FARRET, 2010). Assim como Thiesse, Smith também argumenta que esse modelo foi exportado da Europa Ocidental para o restante do globo, multiplicando um entendimento e uma metodologia de nação e identidade nacional.

Os diversos autores, assim, vão desenhando a distinção entre Estado e Nação, e a segunda como um projeto deste, dando origem ao Estado-Nação, síntese da modernidade. Nota-se, ainda, que ao estabelecer essa separação clara, sendo um Estado como aquele que detém o monopólio do uso legítimo da força em um território (WEBER, 2003) e uma nação

uma invenção histórico-cultural, alguns argumentam que não haveria nação sem um Estado. Marcel Mauss (1972) define nação como sendo moralmente e materialmente integrada, com fronteiras determinadas e cujos habitantes acatam a um Estado e suas leis. Mauss, ainda, vê na delimitação de uma “arte nacional” uma das maneiras de construir essa integração (MAUSS, 1972; REINHEIMER, 2007). Montserrat Guibernau (1997), por sua vez, vê na nação uma comunidade que compartilha de uma cultura, de um território demarcado, com passados e projetos comuns e que exige um auto-governo. Se não há Estado, assim, reivindica-se um. Bresser-Pereira (2008), inclusive, chega também a dizer que essa reivindicação ocorre no sentido contrário, e que o Estado reivindica a Nação para desenhar projetos de desenvolvimento econômico. Argumento que essas proposições não são excludentes, mas possibilidades de configuração em um território. Se podemos entender o Estado com um aparato de regulação e controle, podemos entender a Nação tanto como algo que emana desse aparato, como algo mobilizado por ele.

Apesar de a academia ter detalhado a cadeia que une Estado e Identidade Nacional, a Nação e o Nacionalismo seguem sendo forças mobilizadoras em nossa sociedade. Baseando-se em Ernest Renan (1933), Bresser-Pereira (2008) explica que “se não houver por parte dos seus membros um compromisso constantemente renovado, se seu nacionalismo não estiver sendo sempre reafirmado, a nação perde coesão e pode no limite desaparecer”. Farret (2010), remetendo-se à argentina Mónica Quijada (2000), argumenta que a força e o caráter contínuo da nacionalidade deve-se a sua capacidade de desprender-se do processo de invenção e tornar-se algo imanente, e, portanto, digno de lealdades. O sucesso da identidade nacional é sua capacidade de tornar-se algo tido como natural daqueles que nascem em um certo território, e não mais resultado de um processo histórico de relações de poder. A identidade nacional torna-se, assim, algo semelhante a uma cultura nativa. Sobre o pertencimento ao território, Quijada ainda argumenta que

(...) o território é utilizado pelos políticos nacionalistas como um elemento ideológico e cultural, como fator de coesão social, sendo o marco físico e econômico sobre o qual se desenvolve o mercado nacional, e como fator político, a partir do qual se desenvolvem as estratégias geopolíticas (QUIJADA, 2000:376, tradução livre, ênfase adicionada)

Dessa maneira, Quijada deixa claro que o território é mobilizado pelas elites como um elemento de caráter ideológico e cultural. Como havia mencionado há pouco, John Agnew (1994) já nos havia chamado a atenção para a o sentido de pertencimento que se produz a partir do Estado Territorial. No entanto, pensar em uma *identidade territorial* torna-se

interessante, pois permite explorar identidades que não necessariamente coincidem com a escala Estatal. Rogério Haesberth, por exemplo, comenta que

A identidade territorial é uma identidade social fortemente mediada por um território (...). Como toda identidade social, ela promove uma determinada classificação dos indivíduos enquanto grupo, com base, aqui, nas relações de pertencimento e identificação com um determinado espaço. A identidade regional, por sua vez, é a manifestação da identidade territorial numa determinada escala, aquela manifestada através da região (HAESBERT, 1984:64)

Dessa maneira, podemos compreender a identidade territorial como o pertencimento a um determinado espaço. É importante, porém, não naturalizar esse pertencimento. As identidades em outras escalas que não a estatal não são menos construídas historicamente que a identidade nacional. Como nos lembra Thiesse

Com efeito, de modo geral, a construção de identidades nacionais foi acompanhada da elaboração de identidades locais, *concebidas segundo modalidades similares*; mas elas foram colocadas como secundárias, subordinadas à identidade nacional e não contraditórias com ela (THIESSE, 2001:18, ênfase adicionada).

Estamos, assim, em um debate muito similar ao da identidade nacional (e, por esta razão, iniciei o texto com o mesmo). Não podemos deixar de notar que Thiesse põe as identidades nacionais e subnacionais em relação, sendo a segunda subordinada à primeira, sem contradições e conflitos evidentes. É esse tipo de construção que dá origem a metáforas da nação sendo, por exemplo, uma “unidade na diversidade”. No entanto, esse discurso só é possível com uma nação estabelecida, forte o suficiente no imaginário que é possível pensar em suas fragmentações territoriais e culturais sem que isso signifique sua fragmentação em si (COMUNELLO, 2015).

Essa metáfora da nação “multi” frequentemente evoca o conceito de região. Sobre região, Ruben Oliven (2010) escreve que esse conceito só pode ser entendido em relação ao conceito de Nação, sendo a primeira um recorte da segunda. O autor, inclusive, observa que

Um dos usos que pode ser feito da reivindicação nacionalista é o de procurar opor regiões entre si, pressupondo que cada uma delas é internamente homogênea e, portanto, portadora de interesses comuns, escamoteando assim suas clivagens, de natureza social, econômica e cultural (OLIVEN, 2010:409)

Assim como Thiesse, portanto, Oliven entende que a região é um conceito operacionalizado em função da nação. Apesar dessas abordagens teóricas serem úteis para pensarmos as relações entre identidades subnacionais e as nacionais, como podemos pensar a

relação entre identidades transnacionais, ou transfronteiriças, e as nacionais? Como proceder o estudo de uma região que é transfronteiriça?

Na citação anterior de Haesberth, o autor já nos havia adiantado que a identidade regional pode ser pensada como uma identidade operacionalizada em uma determinada escala territorial, estatal ou não. Essa possibilidade é interessante pois, como diz Adriana Dorfman

A fronteira como objeto geográfico condicionador de práticas cotidianas é o principal marcador de identidade na área, sendo localmente legítima a expressão 'identidade fronteiriça'. Entre tais práticas, listamos o bilingüismo ou o surgimento de dialetos; a dupla nacionalidade; as famílias mistas; as datas pátrias compartilhadas; a produção cultural gauchesca; as estratégias de consumo, moradia, educação etc. (DORFMAN, 2008:7, ênfase adicionada)

Como aponta a autora, é essencial sermos capazes de operacionalizar um conceito de identidade regional fronteiriça, ou de identidade fronteiriça, pois esse pertencimento territorial é o principal marcador identitário naquele território. Dorfman, inclusive, seguindo o modelo de Thiesse, lista uma série de aspectos que parecem confirmar a existência dessa identidade. A diferença, no entanto, é que Dorfman constrói essa identidade territorial apoiada em evidências cotidianas, e não em mitos fundacionais, conferindo a seu argumento mais força.

Isso, no entanto, não quer dizer que não exista nacionalismo ou identidade nacional na região fronteiriça. Grimson (2000b), observa que a ideia de uma fronteira “irmã” parece ter mais vida nas falas do que nas ações dos fronteiriços, havendo inclusive fortes sentimentos nacionais de cada um dos lados do limite internacional. O mais apropriado seria dizer que ambas as identidades convivem, ou seja, que são negociadas na fronteira. Como argumenta Barei

A fronteira não é – como se pensa usualmente – uma zona de exclusões onde se filtra ou limita a penetração do externo, nem tampouco uma espécie de “terra de ninguém”, mas um umbral em que se negociam processos de integração, um lugar “bilíngüe” que promove adaptações, reelaborações e traduções que reterritorializa um coletivo muito complexo. (BAREI, 2013:115, ênfase adicionada)

A fronteira, portanto, longe de não possuir identidade, é onde esses processos são fortemente negociados. Negociar a integração, nos termos de Barei, pode ser traduzido como negociar as “brasilidades” e “uruguaidades” ou negociar as materializações práticas da integração entre os dois países. Essa regionalismo possui tamanha força que, não só se negocia a integração no espaço fronteiriço, mas o espaço fronteiriço influencia nas medidas de integração. Como argumenta Clemente

A afirmação de um forte regionalismo fronteiriço sobre a base dos elementos comuns entre o território do sul-riograndense e os territórios de fronteira da república oriental introduziu uma dimensão específica na relação binacional. (...) Nesse contexto, as relações entre atores políticos do espaço fronteiriço incidiram sobre a agenda da relação binacional (CLEMENTE, 2015: 73-74, tradução livre)

Clemente, portanto, introduz uma nova dimensão à identidade fronteiriça, a sua característica de estar conectada intimamente com a integração entre o Brasil e o Uruguai. Por isso, antes de aprofundar-me nas identidades fronteiriças dessa região de fato, torna-se imperativo estudar essa integração para avançarmos no entendimento deste trabalho.

2 – INTEGRAÇÃO REGIONAL E FRONTEIRA

Para discutir a integração entre Brasil e Uruguai, especialmente na região fronteira, é preciso discutir o conceito em si. O termo integração é largamente utilizado na academia e fora dela. Joseph Nye (1969) sumariza os problemas desse uso:

A palavra integração não somente é empregada sem precisão na linguagem comum; também tende a estar rodeada de uma aura valorativa que algumas vezes incide em sua utilização analítica e impede a formulação de uma teoria clara. Com uma frequência exagerada, existe a presunção implícita de que a integração é algo bom *per se*, ou que uma maior integração sempre contribui para a paz, a prosperidade etc. (1969:52, tradução livre)

Assim como aponta Nye, Alejandro Grimson também chama a atenção para o caráter valorativo da integração sem uma análise cuidadosa. Ao analisar o caso da integração no Cone Sul³, e relembrando as alianças que já foram utilizadas com fins bélicos, o autor escreve que

Outra dimensão, que apenas apontaremos aqui, implica questionar a noção simplista – e perigosa – que toda 'integração' entre Brasil e Argentina é, em sua essência, positiva. Porque nos discursos diplomáticos e acadêmicos integracionistas todo acordo entre ambos os países, isto é, entre seus governos, é considerado como parte da narrativa fraterna e unitária. No entanto, deve-se notar que há alianças e irmandades interessantes, auspiciosas, e há também as outras (GRIMSON, 2001:np, tradução livre).

Assim, é preciso não apenas qualificar o conceito de integração e adequá-lo ao estudo que esteja em questão, mas qualificar a integração em si. Na tentativa de contribuir para o refino conceitual, Nye classifica a integração em três tipos básicos: econômica (formação de uma economia transnacional), social (formação de uma sociedade transnacional) e política (formação de uma interdependência política transnacional) (NYE, 1969). Seu esquema resumido está reproduzido abaixo (Quadro 2).

Quadro 2: Tipos de Integração segundo Joseph Nye

Tipo de integração	Subcategorias	Tipo de evidências ou operações
Econômica (IE)	Comércio (IEc)	Exportações regionais como porcentagem das exportações totais
	Serviços (IEs)	Gastos em serviços comuns como porcentagem do PIB
Social (IS)	Massas (ISm)	Transações: - Passageiros aéreos intrarregionais;

3 O Cone Sul geralmente é definido como a porção da América do Sul ao sul do Trópico de Capricórnio. Desse recorte resultam o Sudeste e Sul do Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai (BID-ENTAL, 1996).

	Elites (ISe)	- Estudantes em países vizinhos como porcentagem total dos estudantes - Outros
	Institucional (IP1)	
	a) Burocrática	Pressupostos e pessoal como porcentagem dos pressupostos e pessoal administrativo de todos os países membros
	b) Jurisdicional	Supranacionalidade das decisões, alcance leal, expansão da jurisdição
Política (IP)	Políticas (IP2)	Alcance (porcentagem de ministérios ou equivalentes afetados) Aspectos sobressalentes (hierarquização das instituições e gastos por instituições) Extensão (escala de Lindberg da trajetória de decisão)
	Atitudinal (IP3)	Pesquisas com as massas e com a elite investigando identidade, intensidade e urgência; Comportamento nas negociações, flexibilidade na extensão do tempo e número de campos
	Comunidade de Segurança (IP4)	Incidentes hostis (estudo de caso)

Quadro 2: Tipos de Integração. Adaptado de NYE, 1969:78.

Para o objeto em análise, interessa-nos especialmente a Integração Social (IS), com ênfase nas Massas (ISm) e a Integração Política, com ênfase na Atitudinal (IP3).

Esse enfoque é dado por duas razões paralelas: o objeto em análise dialoga com o entendimento de “comunidade transnacional” (e, portanto, com a ISm) e as evidências escolhidas são produções culturais (relacionando o estudo com IP3). Esse posicionamento é necessário, pois os trabalhos basilares de integração tendem a focar-se na institucionalidade política do processo e no status das barreiras econômicas (LINBERG, 1970; BALASSA, 1964; CHANG, 2004).

Além do enfoque diferente, é preciso apoiar-se em outras abordagens da integração na região do Cone Sul, especialmente o MERCOSUL, já que

(...) por ser um processo multifacetado, a integração regional permite análise de suas diversas facetas, sob diferentes prismas teóricos, podendo gerar conclusões mais ou menos otimistas. (...) Análises que enfatizam a evolução comercial e institucional, por exemplo, tendem a resultar mais céticas devido aos graves entraves que ainda persistem. Por outro lado, aquelas que focalizam outros aspectos, como o social, por exemplo, mostram-se mais otimistas, pois houve aí algum progresso na última década (MALLMANN, COUTINHO, 2015:61)

Como escrevem as autoras, ao alterarmos a abordagem da integração no Cone Sul, é possível não apenas analisá-la com outras fontes, mas também chegar a resultados diferentes de seu sucesso ou fracasso. Essa aparente ambiguidade é explicada por Augusto Faria (2004), ao escrever que

Um balanço institucional do Mercosul no início de 2001 estava diante de uma situação contraditória em que se manifestavam tanto forças centrífugas que tensionam pela ruptura do processo de integração – como a fragilidade externa manifesta na crise econômica argentina; a pressão internacional contra a TEC; (...) os interesses conflitantes em diversos setores econômicos, políticos e da sociedade civil (...) - quanto por forças centrípetas que mantinham esse processo em marcha. Por estas últimas responde um movimento no plano ideológico que se inscreveu a *integração da cultura popular da região*, dando-lhe um significado de destino de seus povos. Esse movimento tem feito avançar a arquitetura institucional do Mercosul (FARIA, 2004:140, ênfase adicionada)

Operacionalizado nos conceitos de integração de Nye trabalhados anteriormente, Faria argumenta que, apesar da Integração Econômica sofrer com avanços e retrocessos, a Integração Social se mostra um sucesso, inclusive servindo de motor para a Integração Política. Sobre forças centrípetas e centrífugas, recorro a Claude Raffestin (1993) para clarear esses conceitos.

Raffestin escreve que os atores se articulam sobre o território em pontos e redes, desenhando limites e regiões. Forma-se, dessa maneira, local central, os topos, e locais periféricos, as tensões, que se ligam ao centro por movimentos de aproximação (RAFFESTIN,1993; DORFMAN, 2009). Essa abordagem de Raffestin nos interessa não somente para termos precisão de discurso, mas também por possibilitar pensarmos que territórios seriam os topos e as tensões do processo de integração entre Brasil e Uruguai. Quais são as centralidades e periferias deste processo? Lia Osório Machado (1998) escreve que as fronteiras são forças centrífugas em relação aos Estados, pois orientam-se para fora, constroem relações para além limite, e os limites são forças centrípetas dos Estados nacionais, já que são por eles marcados e reforçados. Do lado uruguaio, Clemente acrescenta que

A relação binacional Brasil-Uruguai *sempre esteve em primeiro plano* na agenda da política exterior uruguaia. Junto com a Argentina, Brasil integra o 'primeiro círculo concêntrico' que a diplomacia Uruguaia identifica, de acordo com uma tradição de pensamento assentada desde o início do século XX, na projeção da política externa. (CLEMENTE, 2015:71, tradução livre, ênfase adicionada).

Clemente, assim, escreve que a integração com o Brasil sempre foi uma prioridade para o Uruguai; em outras palavras, que de Montevideu partem forças centrípetas. No entanto, não podemos ficar com a impressão que a integração entre Brasil e Uruguai é somente um projeto dos governos. Como escreve Oliveira, ao relatar os primeiros movimentos de integração infraestrutural entre os dois países

Ainda na perspectiva de propiciar a integração rodoviária, foi inaugurada a ponte da Concórdia sobre o Rio Quaraí, localizada na fronteira entre o Brasil e o Uruguai. Na ocasião, ficou ainda mais claro o interesse compartilhado pelos dois países em promover o desenvolvimento da região fronteira através da integração da infraestrutura.(...) As negociações acerca da construção da ponte internacional Quaraí-Artigas haviam sido intensificadas a partir da visita de Alejandro Zorrilla de San Martín, então ministro das relações exteriores do Uruguai, ao Brasil em 1964, e, além de *atender aos pedidos da população da região*, visava o aumento do intercâmbio comercial entre os dois países vizinhos (OLIVEIRA, 2015:118, ênfase adicionada)

A contribuição de Oliveira é interessante pois ela não só reforça a vontade do centro da política uruguaia mas como também da população fronteira, muito antes mesmo do Mercosul. Essa proximidade regional é, de fato, histórica, como afirma Clemente ao escrever sobre a Revolução Farroupilha. A uruguaia argumenta que

Durante a Revolução Farroupilha, no período de existência da República do Piratini, (...) *o papel do regionalismo fronteiro foi determinante na configuração de um espaço político-regional*. As ações das redes de relações políticas entre o Rio Grande e o Uruguai se intensificaram no marco de uma institucionalidade limitada ao poder do caudilho como agente da construção da lealdades e afirmação da ordem local e aos pactos 'entre cavalheiros' (ou 'compadres', segundo o termo mais comumente usado naquele tempo) (CLEMENTE, 2015:76, tradução livre, ênfase adicionada).

Clemente, assim, apresenta o argumento de que o regionalismo fronteiro já era determinante neste espaço como força influente na relação Brasil – Uruguai desde o século XIX. Argumento que a força desse regionalismo deve-se, primeiramente, ao processo de formação destas fronteiras. Em sua tese, Adriana Dorfman escreve que

Tratam-se, portanto, de cidades que surgem graças aos projetos de demarcação das fronteiras, e não de núcleos urbanos ligados a uma territorialidade anterior e que passassem a conviver com um limite originado pela colonização por europeus ou mesmo pela formação dos Estados nacionais americanos. Em outras palavras, o povoamento mais significativo dessa região foi promovido pelos Estados nacionais em seu esforço de delimitação do território. Observe-se ainda que o traçado dos limites visava também o estabelecimento dos equipamentos de controle aduaneiro, com funcionários para administrar e legislação específica, associando a construção do território estatal ao seu controle fiscal (DORFMAN, 2009:43)

As primeiras cidades, portanto, na fronteira do Brasil com o Uruguai, são estabelecidas pelos próprios Estados, para garantir a demarcação do território e o controle aduaneiro, no século XIX. Assim, em um movimento de espelhamento, as aglomerações urbanas foram construindo-se ao longo da linha divisória entre o Brasil e o Uruguai. Como ainda observa Dorfman (2009:41), os próprios nomes das cidades ao longo das linhas evidenciam esse espelhamento: “Esses nomes dão ainda pistas das relações – nem sempre legais – que levaram ao surgimento de formas espaciais como caminhos e núcleos urbanos. Chuí-Chuy, Cerrilhada-Serrillada, Aceguá-Acegua, são exemplos.”

Esse processo de formação conjunta fica evidente ao observamos o mapa das cidades e vilas da região fronteira (figura 1). Clemente (2015), ainda, detalha a fundação da cidade que hoje é conhecida como Rivera, no Uruguai, cidade-gêmea⁴ de Sant'Ana do Livramento (Brasil)

Bernardo P. Berro, chanceler do Uruguai durante a presidência de Juan Francisco Giró (1815-1853) e presidente entre 1860 e 1864, propôs, pelo contrário, uma política nacionalista, de afirmação da autonomia, busca de mercados e relações políticas com as potências da Europa e fortalecimento da presença do Estado em territórios fronteiriços (...). Em execução a esta política se fundaram centros povoados na fronteira com o Brasil, o mais importante dos quais, em 1862, a Villa Cevallos (...), rebatizada com o nome de Rivera em 1867 (CELEMENTE, 2015:77, tradução livre).

Não podemos, no entanto, ao focar-nos nesse espelhamento, metáfora recorrente na fronteira Brasil-Uruguai, atribuir à “artificialidade” dessa fronteira uma fonte de fraqueza de sua institucionalidade ou concretude. Como alerta Alejandro Grimson

Praticamente não há fronteiras na América Latina que coincidam com alguma diferença cultural anterior à colonização. Isso é tão impactante que levou ao engano de acreditar que essa não coincidência de distinções culturais e limites territoriais chegaria intacta até os nossos dias (...). É de interesses e relações de força entre grupos e exércitos que surgem as fronteiras. E desde ali essas distinções são criadas e reproduzidas. *O erro, tão grave como recorrente, consiste em acreditar que, porque são construídas, criadas ou artificiais, são menos poderosas.* (GRIMSON, 2005:97, tradução livre, ênfase adicionada).

4 Podemos definir cidades-gêmeas como “Estes adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira – seja esta seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura – que apresentam grande potencial de integração econômica e cultural assim como manifestações ‘condensadas’ dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania.” (BRASIL, 2005:152)

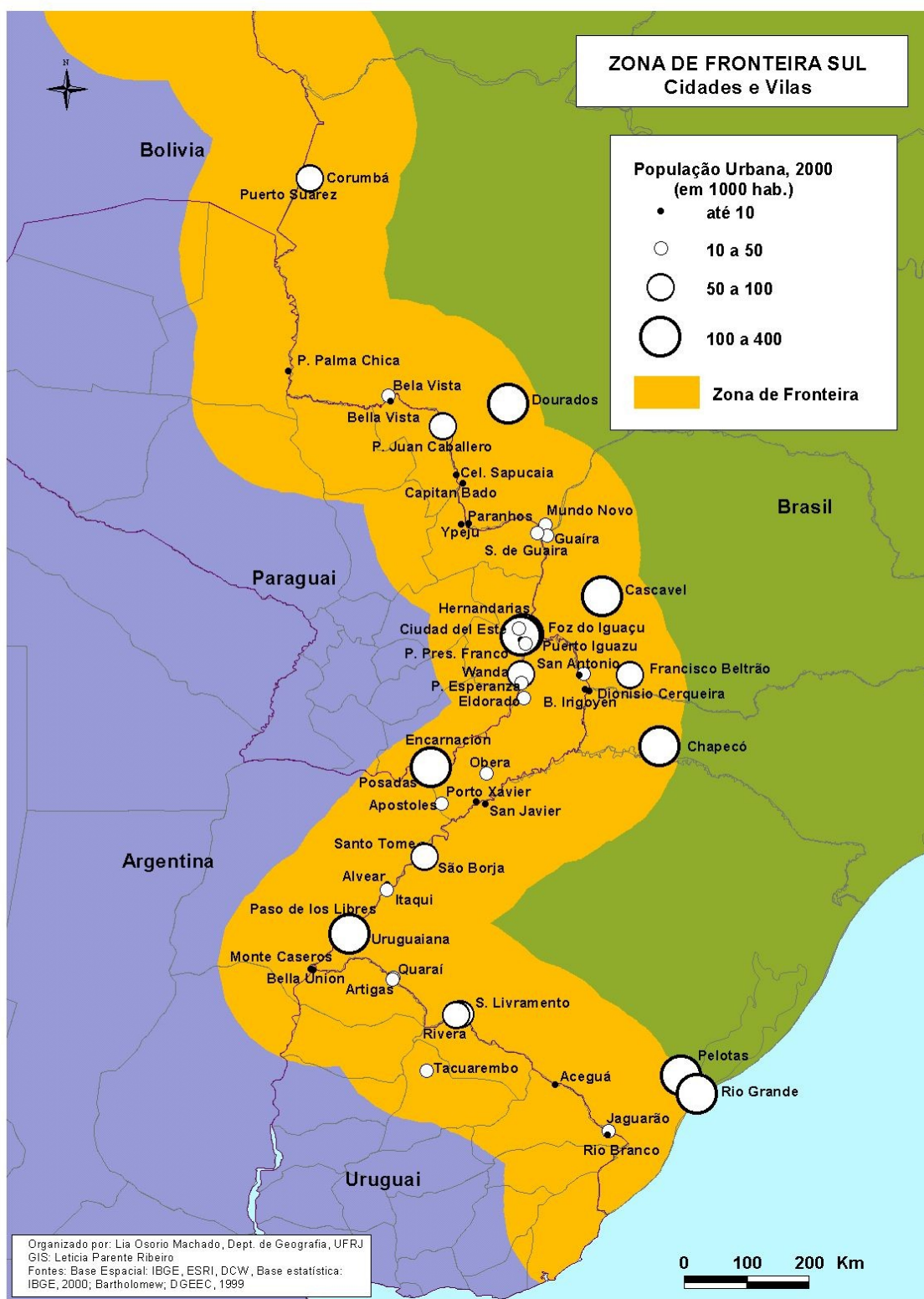


Figura 1: Zona de Fronteira Sul: Cidades e Vilas. Fonte: Grupo Retis. Disponível em <<http://www.retis.igeo.ufrj.br/cartografia/zona-de-fronteira-sul-cidades-e-vilas/#.V2CsBe2j7eQ>>

A argumentação de Grimson tem correspondências com os avanços teóricos europeus e norte-americanos que escrevem sobre a força das fronteiras artificialmente demarcadas e as constantes aberturas e fechamentos das fronteiras (KOLOSSOV, 1992; NEWMAN, PAASI, 1998; PÖTZSCH, 2014; ROSIÈRE, 2015). Márcia Sprandel (2005) já chamou a atenção para a historicidade dos conceitos de fronteiras naturais e artificiais, enquanto Donna Haraway (2000) discute os limites dos usos dos termos natural e artificial. O fato é que a demarcação dos limites e fundação de vilas ao longo da linha divisória internacional por parte dos Estados é o ponto de partida do processo de formação da região como entendida hoje.

Sobre a conjuntura atual o cotidiano fronteiriço, Andrea Sánchez descreve a região nos seguintes termos:

A linha entre os Estados do Brasil e do Uruguai parece converter-se num lugar que permite nascer em um país e estudar em outro, assistir à escola em um país e se casar em outro ou nascer em um país e se registrar em outro ou em ambos. Um lugar onde as famílias têm integrantes de ambas as nacionalidades, com seus pais nascidos no Brasil ou no Uruguai, ou seus cônjuges ou seus filhos nascidos nesses países. Um lugar que transforma os países do Brasil e do Uruguai em palavras familiares como “cá” e “lá” ou “deste lado” e “do outro lado”, porque os países estão pertos um do outro, vivem-se cotidianamente, tornando assim possível que, neste lugar, se possa nascer “a una cuadra del Brasil”, “ser brasileira pero uruguayaya” ou “doble chapa”.(SÁNCHEZ, 2002:60)

Sánchez, assim fala de um cotidiano compartilhado, de laços familiares e afetivos construídos transfronteiriçamente e das possibilidades da fronteira, como a dupla-documentação. Há, claro, de fundo, o entendimento de que a região fronteiriça compartilha não só um território, mas uma *cultura*. Apesar do termo estar fortemente relacionado com a discussão de identidade anteriormente feita, creio que ainda cabem apontamentos, especialmente para futuramente discutir produtos culturais.

3 – CULTURA E INTEGRAÇÃO CULTURAL

O conceito de cultura é objeto de debate e pesquisa, geralmente, de sociólogos e antropólogos. Alguns identificam um antropólogo, por exemplo, como alguém que estuda a cultura (ROY, 2012). A cultura é uma tradição histórico-geográfica, ou seja, situada em um tempo e território. Mais detalhadamente, entendemos que

“Quando eles [os antropólogos] falam como se houvesse apenas uma cultura, como uma 'cultura humana', isso se refere muito amplamente ao fenômeno do homem; por outro lado, quando falam sobre 'uma cultura' ou sobre 'as culturas da África', a referência é a tradições *geográficas e históricas* específicas, casos especiais do fenômeno do homem.” (ROY, 2012, p. 37, ênfase adicionada)

Edward Said, teórico de literatura, escreveu que cultura

(...) designa todas aquelas partes, como as artes de descrição, comunicação e representação que têm relativa autonomia perante os campos econômico, social e político, e que amiúde existem sob formas estéticas, sendo o prazer um dos seus principais objetivos. (...) Com o tempo, a cultura vem a ser *associada, muitas vezes de forma agressiva, à nação ou ao Estado*; isso 'nos' diferencia 'deles', quase sempre com algum grau de xenofobia. A cultura, neste sentido, é uma *fonte de identidade*, e aliás bastante combativas, como vemos recente 'retornos' à cultura e à tradição (SAID, 2011:10-12, ênfase adicionada).

Assim, entendo que, além de ser histórica e geograficamente situada, a cultura muitas vezes é atrelada, por vezes violentamente, ao Estado e à Nação, por processos de diferenciação (somos diferentes deles) e de identificação (gerando identidades). Mais do que situada em um tempo e espaço, a cultura, como conceituamos hoje, está situada em um Estado, agente produtor da Identidade Nacional.

Autores clássicos das Relações Internacionais, assim, atribuem à cultura funções que partem dos interesses do Estado, como o imperialismo cultural, o caráter nacional (elemento imaterial de poder estatal) e a propaganda política (como 'arma política nacional') (ARON, 1984; CARR, 2001; MORGENTHAU, 1992; WATLZ, 2002). O quadro abaixo (Quadro 3), originalmente elaborado por Hugo Suppo (2012), sintetiza as abordagens dos autores clássicos de Relações Internacionais sobre cultura.

Quadro 3: Síntese das abordagens dos autores clássicos de Relações Internacionais sobre cultura segundo Hugo Suppo	
Cultura como:	Conceitos
Instrumento de luta pelo poder	Imperialismo Cultural Política de prestígio
Elemento de poder nacional	Ideologia Caráter nacional (elemento imaterial) Identidade cultural
“Limitador” do poder nacional	Moral internacional + Opinião pública + Direito internacional Comunidade mundial / Paz
Causas da Guerra	Messianismos

Quadro 3: Síntese das abordagens dos autores clássicos de Relações Internacionais sobre cultura segundo Hugo Suppo. SUPPO, 2012: 21.

Observa-se que, mesmo nas mais tradicionais abordagens, a cultura aparece como elemento do poder nacional e como fator constituinte de identidade. Destaco também seu caráter ideológico. Sobre ideologias, Marilena Chauí (2006) afirma que a ideologia é a unificação do pensamento, da linguagem e da realidade. Em outros termos, isso significa que é construída uma unidade entre questões pessoais, o meio e os fatos, e pontos de vista tornam-se verdades aparentemente incontestáveis, apesar de suas lacunas. A disputa das elites pela definição da identidade e cultura nacional, assim, é uma disputa ideológica dentro do Estado.

Marcel Merle (1985), em sua definição de cultura, também fornece pistas para investigarmos as identidades em outras escalas. Segundo o autor, cultura é um “conjunto de sistema de valores e de representações que servem como referência para a identificação de grupos nacionais, subnacionais ou supranacionais” (p. 343, tradução livre). Seria possível, portanto, argumentarmos por uma cultura transnacional? Seria essa uma abordagem adequada para a cultura transfronteiriça?

Essa possibilidade de entendimento, na verdade, está ligada à chamada integração cultural. Gregório Recondo (1997, 1997b) entende que a integração cultural consistiria em dialogar com as diferenças culturais entre os Estados e, a partir de seus mitos e tradições, buscar uma identidade histórica e cultural. Não seria, assim, uma integração “da cultura” e sim “pela cultura” (FARRET, 2010:460). Esse projeto, inclusive, traz enorme semelhança com a “unidade na diversidade” da Nação, que apresentei anteriormente. Recondo, inclusive,

chega a dizer de uma “unidade na pluralidade de nossos países” (RECONDO, 1997:273, tradução livre).

Grimson (2001), ao analisar a integração cultural no Mercosul, divide as possibilidades de abordagem em duas, as integracionistas e os dialoguistas. Os primeiros seriam os que, como Recondo, defendem a busca de uma cultura, uma identidade que una o Mercosul. Grimson, no entanto, é crítico dessa abordagem. Entre os muitos problemas.

Para essa perspectiva romântica, praticamente não existem conflitos entre os Estados e nem entre os setores sociais. O Mercosul é visualizado como uma oportunidade de recuperar o caminho da unidade, quando não se toma como dada essa unidade a partir do tratado do bloco. (GRIMSON, 2001:np, tradução livre)

As críticas aos integracionistas não partem somente de Grimson. Farret, ao comentar este debate, escreve que

Além disso, os integracionistas desprezariam o fato de que as culturas nacionais envolvidas não são homogêneas; logo, o que seria a “origem comum” dos países do Mercosul a qual este grupo de intelectuais se refere? Como podemos falar em “origem comum” de uma região se os atores envolvidos são diversos e não necessariamente apareceram como agentes constitutivos das culturas nacionais de cada país do Mercosul? (FARRET, 2010:47)

Grimson e Farret, assim, criticam justamente os pressupostos naturalizantes de uma origem e culturas comuns da comunidade integracionista. Farret (2010) chega a nomear esta abordagem como a da criação de um “Mercosul imaginado”, remetendo-se a Anderson (2008), enquanto Grimson (2001) afirma ser este projeto o de criação de uma identidade “mercosureña”. Novamente, não quero incorrer no erro de assumir que projetos e criações artificiais sejam mais ou menos potentes e tenham consequências menos concretas. A história colonial semelhante, os movimentos de independência e o território compartilhado criam laços e correspondências entre as ex-colônias Ibéricas; porém, apenas isso não é suficiente para afirmarmos que é destino da região se unir, ou que exista uma cultura homogênea comum.

Ciente do potencial dessa integração, Grimson (2007) chama a atenção para a segunda abordagem, dialoguista. Essa opção de integração cultural seria a de criar espaços de diálogo, oportunidades para trocas culturais que fortalecessem laços e permitissem o surgimento de produtos culturais conjuntos, ao invés de partir de uma já suposta unidade cultural. Sobre as ressalvas dessa abordagem, o autor comenta que

É importante considerar uma história de conflitos que não se apagam

facilmente e que provoca *desconfianças; as diferenças entre países em termos de tamanho e poder*, assim como suas peculiaridades étnicas e regionais; os efeitos diferentes que provocam o Mercosul em zonas geográficas e setores sociais. Esses pesquisadores tendem a imaginar que uma forte dinâmica de intercâmbios poderia constituir âmbitos de criatividade cultural, onde se revelaria uma história atravessada também por conflitos intrarregionais que devem ser elaborados (e não negados), assim como uma diversidade que deve ser reconhecida (tanto empírica como étnico-politicamente) (GRIMSON, 2001:np, tradução livre, ênfase adicionada).

Os espaços de diálogo criados, assim, devem procurar dialogar com as *desconfianças e diferenças de escala e poder* entre os países para que sejam efetivos. A diferença escalar entre Brasil e Uruguai deve ser levada em conta ao buscar o entendimento da integração entre os dois países na região fronteiriça. Adriana Dorfman (2009) explica essa diferença em seu esquema que avalia as distâncias relativas entre as cidades-gêmeas de Sant'Ana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai) e as respectivas capitais nacionais (Figura 2).

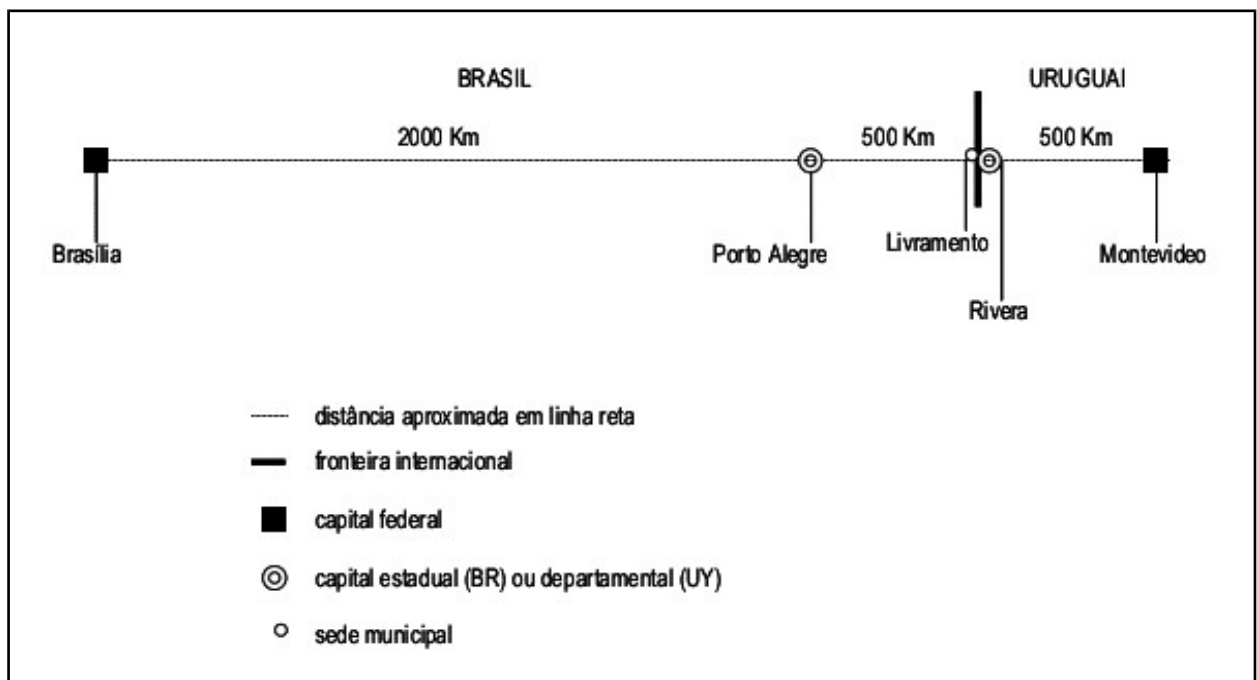


Figura 2: Distâncias relativas desde Sant'Ana do Livramento (BR) – Rivera (UY)
Retirado de DORFMAN, 2009:26

Como o esquema acima ilustra, a fronteira, em relação a Brasília, é significativamente mais periférica que em relação a Montevideú, que possui mais correspondências, nesse critério, com Porto Alegre. Isso corrobora o argumento de Clemente, que situa o Brasil no centro da política externa uruguaia, e a região fronteiriça como variável importante. Ao fim de seu texto, ao sintetizar as relações Brasil-Uruguaia, a autora expõe que

A importância da região fronteira na relação binacional fica evidente com o número de acordos celebrados. Uma grande continuidade nas prioridades da agenda demonstra que saúde, educação, transporte, caminhos, pontes, comércio e cooperação judicial e policial tem sido problemas de importância permanente (CLEMENTE, 2015:84, tradução livre).

Não somente a política externa Uruguaia deu importância para a fronteira, ou para a integração cultural Brasil-Uruguai. Uma busca por tratados e acordos internacionais no Itamaraty revela-nos a persistência desta questão. O início do processo de aproximação pela cultura, no nível da pauta política, pode ser localizado em 1956, na ocasião da assinatura do “Convênio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República Oriental do Uruguai” (MINISTÉRIO..., 1956). O texto inicia com

O Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, *igualmente desejosos de manter e estreitar, em benefício recíproco, as relações culturais* entre os dois países, na base da *mesma civilização latina*, e aproveitando o ensejo que lhes oferece a presença no Uruguai do Excelentíssimo Senhor Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, decidiram firmar um Convênio Cultural (...) (idem, ênfase adicionada) .

O preâmbulo do acordo poderia ser visto como híbrido por Grimson: tanto busca a cultura anterior compartilhada para trazer força a seu argumento, a civilização latina, quanto busca criar espaços de diálogo. Ao logo do Convênio são acordados intercâmbios de professores, alunos artistas e a realização de exposições de arte (a “Exposição Brasileira”, em Montevideu, e a “Exposição Uruguaia”, no Rio de Janeiro).

Esse Convênio, apesar de ser entendido como a primeira formalização da integração cultural entre Brasil e Uruguai, não é o primeiro a mencionar essas exposições de arte nacional em território vizinho. Já em 1933, essas exposições foram acordadas pelos governos dos países, ratificadas no Brasil em 1937 (BRASIL, 1937). Documentos semelhantes foram assinados em 1985 e 1996. O último ainda carece de ratificação e regulamentação, mas deve ser destacado por ter sido assinado na cidade de Rivera (MINISTÉRIO..., 1985; MINISTÉRIO..., 1996). Cabe aqui o comentário de Mallmann e Coutinho, ao analisarem a integração na América Latina e os ciclos econômicos pelos quais o bloco passou. As autoras observam

(...) um amplo quadro de experiências, algumas desconectadas entre si, que revelam *a persistência de esforços integracionistas*, apesar de condições reiteradamente consideradas inadequadas. Observa-se, também, que os processos de integração, normalmente estudados privilegiando a economia, envolvem necessariamente outras dimensões, *tais como a política e a social*.

(MALLMANN, COUTINHO, 2015:53, ênfase adicionada)

É preciso, assim, além de observar essa persistência, perguntar-se das razões dela, e analisar a institucionalidade recente que dê suporte aos produtos culturais de interesse. O preâmbulo de todos os documentos citados resgata uma irmandade histórica entre os países, e a vocação para integração. O “Mercosul Imaginado” parece ser um projeto muito antes das negociações do bloco se iniciarem; isto é, o desenho de uma comunidade imaginada transnacional entre Brasil e Uruguai é anterior às aberturas econômicas que deram origem ao Mercosul. Claro, o bloco econômico intensificou o senso de comunidade e pertencimento, ou ao menos a urgência deste projeto. Como comenta Grimson “a 'identidade do Mercosul' se assume como *tarefa*, como *construção cultural* em que intelectuais postulam-se para participar. Uma construção *em função* de um imperativo econômico e uma identidade que se constrói a partir do 'marketing'”(2001:np, tradução livre, ênfase no original).

Uma outra explicação para a persistência, não excludente da primeira, é da força da identidade e mobilização fronteiriça. Essa força já apareceu em momentos anteriores deste texto, como no trabalho de Oliveira (2015) e as obras de integração física, e no de Clemente (2015) e a relevância do regionalismo fronteiriço em conflitos no século XIX.

Essa força, porém, não possui caráter somente histórico, mas materializa produtos, inclusive diplomáticos, também na contemporaneidade. Em termos de integração cultural, o fenômeno mais importante é o “Movimento Fronteras Culturales”, iniciado em 2010. O nome “Fronteiras Culturais” não é novo; já havia aparecido em um evento de 2000, que reuniu acadêmicos e artistas em Porto Alegre para discutir a região entre Brasil, Uruguai e Argentina (MARTINS, 2000).

O movimento iniciado em 2010, no entanto, tem caráter mais político do que acadêmico. Iniciou-se com a reunião de militantes com o Ministério da Cultura do Brasil, com a finalidade de buscar “alinhamento das políticas entre a União, os Estados e os municípios, a defesa da autonomia das ações, dos eventos, da importância do protagonismo da sociedade civil e a liberdade de participação” (ALMEIDA, 2015b:np). Gradualmente, as reuniões foram expandindo-se, até chegar à lista de participantes elencada por Ricardo Almeida (2015), um dos articuladores. Almeida lista que participaram

Do Brasil: Ministério da Cultura do Brasil, Prefeitura de Barra do Quaraí, Prefeitura de Santana do Livramento, Unipampa-Livramento, Núcleo de Estudos Fronteiriços – UFPel, Prefeitura de Dom Pedrito, Prefeitura de Bagé, Unipampa – Bagé, Prefeitura de Aceguá, Prefeitura de Jaguarão, Unipampa – Jaguarão, Prefeitura de Santa Vitória do Palmar, Biblioteca

Municipal de Pelotas, Instituto Mário Alves – Pelotas, IFSul - Pelotas, Coordenação do Núcleo Artístico Cultural (NAC/FURG – Rio Grande), Prefeitura de Uruguaiana.

Do Uruguai: Ministério de Educação e Cultura do Uruguai, Universidade da República – Udelar, Intendencia de Artigas, Intendências de Rivera, Intendencia de Cerro Largo, Intendencia de Rocha, Alcaldía de Acegua, Alcaldía de Bella Unión, Alcaldía de Rio Branco, Alcaldía do Chuy (ALMEIDA, 2015:221-222)

A lista chama a atenção não só pelo seu tamanho, indicando capilaridade do movimento, mas por conter instituições que correspondem a múltiplas escalas: ministérios, prefeituras, institutos de universidades federais, *alcaldías* e *intendências*. Apesar dessa ser uma possibilidade de abordagem, não vou classificar essa ação como paradiplomacia, apesar da expressividade de ações assim chamadas no Mercosul (PRADO, 2011). Acredito que a classificação transfronteiriça é mais explicativa, de natureza multiescalar e internacional.

Almeida segue sua descrição do movimento, e explica que

Naquele momento [2010], já era possível perceber claramente que o propósito do movimento estava definido e assimilado por todos: era a integração cultural entre o Brasil e o Uruguai, a *partir de ações na fronteira*. Igualmente, os conceitos e critérios de participação estavam claros. Dentre os quais eu destaco quatro deles: 1) a cultura não pode ser entendida apenas como arte, pois ela também está nas linguagens, nas paisagens, no modo de fazer e nas manifestações das comunidades (...); 2) *é preciso reconhecer o valor simbólico das ações que representam a convivência cultural* entre brasileiros e uruguaios; 3) os eventos reconhecidos devem gerar trabalho e renda na região; 4) é fundamental a criação de comissões binacionais em toda a faixa de fronteira. (ALMEIDA, 2015:221-222, ênfase adicionada)

É interessante notar os paralelos entre as ações do Fronteras Culturales e a criação de espaços de diálogo de Grimson. A diferença, no entanto, é que o movimento territorializa esse espaço de diálogo com ações na fronteira, entendendo a região como o espaço privilegiado da integração cultural, valorizando o convívio ali existente.

Um dos primeiros produtos concretos do grupo foi a redação da “Carta da Fronteira”, de 2010 (Anexo 1). A Carta tem valor não só por representar a consolidação do debate entre os participantes, mas por ter sido entregue à presidenta Dilma Rousseff e ao presidente José Mujica, ainda em 2010. O documento, que tem um preâmbulo exaltando a histórica convivência entre Brasil-Uruguai e a identidade fronteiriça como sendo única, demanda por autonomia em decisões de política cultural, escolas binacionais de arte, desentrelaçamentos burocráticos e programas de fomento.

A Carta e a contínua mobilização levaram à assinatura do “Protocolo de Intenções

entre o Ministério da Cultura da República Federativa do Brasil e o Ministério da Educação e Cultura da República Oriental do Uruguai para o desenvolvimento de ações conjuntas no âmbito da cultura”, em 2011 (MINISTÉRIO..., 2011). O documento, que menciona o acordo de 1956 e a Carta da Fronteira, é de caráter mais simbólico que prático, já que suas materializações são poucas. Como analisa Almeida

A partir dessa assinatura, a faixa de fronteira Brasil-Uruguai passou a ser reconhecida como *um corredor cultural com identidade e diversidade próprias*, e os dois governos se comprometeram a promover *ações conjuntas de identificação, documentação, pesquisa, proteção, conservação, promoção e difusão do patrimônio cultural material e imaterial que serão consideradas saberes referenciais*. (ALMEIDA, 2015:224, grifo no original)

O Protocolo, assim, representa o reconhecimento oficial da importância da cultura fronteiriça, e da legitimidade do conteúdo da Carta da Fronteira. Embora o caminho esteja aberto e a vontade política pareça existir, pouco foi feito pela via diplomática após essa assinatura.

Outro produto do movimento foi o “Calendário da Integração Cultural Brasil-Uruguai 2014”. O calendário representa a esquematização dos eventos ocorridos na região fronteiriça que tenham caráter cultural, além de terem participantes de ambas as nacionalidades, e não a criação de eventos novos. Seu propósito é a divulgação das iniciativas. Incluído no calendário está o “Festival de Cinema da Fronteira”.

O Festival, na verdade, teve seu início em 2009. Zeca Brito, idealizador e organizador do Festival desde a sua primeira edição, explica, em entrevista a esta pesquisa, em novembro de 2014, que

Passa-se a se fazer audiovisual nos [anos] 90-2000 e especialmente há seis anos, faz-se a edição de uma mostra, que a gente chamou de Festival da Fronteira, onde o que se buscou foi apresentar essa produção daqui. Por que 'da Fronteira'? Porque estamos em uma região de fronteira e acreditávamos que essa poderia ser uma investigação do cinema, uma investigação político-sociológica, uma ideologia pro cinema (...). O Festival, já no 2º ano, ganha uma responsabilidade maior de mostrar a produção uruguaia (...). Não existe uma fronteira que nos separa, um rio, um lago, são fronteiras imaginárias (...). *Estar na fronteira é estar distante da capital*, essa também é uma condição importante (Zeca Brito, comunicação pessoal, 2014)⁵.

Mais pertinente do que o crescimento e a continuidade do Festival, Brito traz a questão

5 Entre 23 e 29 de novembro de 2014, realizou-se o Festival Internacional de Cinema da Fronteira 2014, em Bagé. Na ocasião, trabalho de campo foi feito e entrevistas foram realizadas, em caráter informal. Os entrevistados tinham ciência do caráter de sua comunicação e gentilmente cederam seu tempo e conhecimento. Agradeço a gentileza e hospitalidade de todos que contribuíram para este trabalho, em especial a Zeca Brito e Adriana Gonçalves.

da marginalidade de organizar um evento cultural na fronteira Brasil-Uruguai. Sobre este tema, ele ainda segue e diz que

Nossa posição periférica de fronteira faz com que a gente entenda que as relações não têm que ser entre capital e interior, e sim de interior pra exterior, porque o contato com o exterior a gente deixa a condição periferia e passa à condição de Brasil, e é com essa condição de Brasil que a gente procura legitimar o Festival. (...) Legitimar a fronteira também é uma maneira de soberania nacional. Estar com o Festival aqui é uma maneira de unificar o país, que também é isso aqui (ZECA BRITO, comunicação pessoal, 2014).

Brito, em sua fala, tangencia alguns dos temas já tratados neste trabalho. Primeiramente, a condição de margem, de periferia da fronteira. Sobre isso, no entanto, Brito introduz uma estratégia para eliminar essa marginalidade, ao menos aos olhos de interlocutores estrangeiros. O festival, ao ser apresentado fora do país, torna-se um festival de cinema brasileiro, e não mais um festival de cinema brasileiro do interior. Nessa legitimação, Brito vê um reforço à soberania nacional, o que traduzo como sendo um reforço da identidade nacional. Já que a identidade nacional construída corresponde mais a uma identidade central, baseada em eixos de grandes metrópoles, a fronteira ser lida como *brasileira* amplia as possibilidades de identidade nacional, e aqueles que por ela se sentem representados.

Chamo a atenção, também, para o caráter global da estratégia de Brito. Valendo-se das possibilidades de conexão do território para além da região fronteira, Brito ressignifica o Festival em locais outros que não o Brasil. Esse movimento evidencia que a fronteira, ainda que vista como margem, não está a parte do processo de densificação das redes informacionais. Esse entendimento está sumarizado por Kajsa e Jonathan Friedman, que escrevem que

Ao contrário, o global não é algo *outro* que o local, por exemplo, em um *plano acima*. O global são as propriedades do processo sistêmico que conecta as localidades do mundo, e isso inclui sua formação como locais mais ou menos conectados. Não existe um espaço global flutuando cima do local. O global é, em termos empíricos, a arena de interação entre as localidades (FRIEDMAN, FRIEDMAN, 2008:5, tradução livre, grifos originais)

Os autores, assim, esclarecem que a globalização e as redes que ligam territórios distantes não são propriedades exógenas ou em outro nível em relação ao local, mas ferramentas à disposição destes. É preciso, assim, seguir investigando como as produções culturais correspondem a essas possibilidades de circulação que se abrem, o que comunicam e o quanto disto corresponde aos movimentos sociais e documentos políticos.

4. FONTES FRONTEIRIÇAS

Os significados da palavra fronteira são amplos, diversos, ambíguos e, por vezes, contraditórios. Os estudos sobre esses espaços vão muito além da definição de limite entre dois países ou territórios. A busca é por tentar entender as especificidades desses lugares e de seus habitantes. As pesquisas a respeito das fronteiras Brasil têm crescido, mas ainda há um longo caminho a percorrer, sobretudo no debate em torno das questões sociais, culturais e econômicas dessas áreas. Se as pesquisas ainda deixam lacunas, nas artes há manifestações diversas que se voltaram para as situações que envolvem fronteiras (ACKER, MÜLLER; 2011:147).

Acker e Müller, que analisaram o longa-metragem “O banheiro do Papa”⁶, chamam a atenção para as possibilidades que as produções culturais fornecem para o preenchimento de lacunas na pesquisa. Não são novos os estudos de fronteira que usam esses trabalhos como fonte. Adriana Dorfman utilizou a literatura em sua pesquisa desta região, e expõe algumas dificuldades da abordagem

O uso de obras literárias pelas ciências humanas – mais especificamente pela antropologia e pela geografia contemporâneas – desperta questões de método. Ficção e ciência convertem-se em textos e podem compartilhar temas e projetos; entretanto, os textos literários e os científicos circulam por redes de intenção diferentes, os primeiros buscando sua legitimação segundo critérios de beleza e verossimilhança, os últimos curvando-se sob o peso da coerência e da verdade (DORFMAN 2008b)

A questão levantada por Dorfman é central: como utilizar textos (em qualquer mídia) não científicos⁷ para a confecção de um produto que se propõe científico? Essa questão tem múltiplas possibilidades de resposta. A primeira, retórica, é a de reconhecer o caráter situado deste trabalho, isto é, que sua produção tem uma territorialidade e temporalidade, e seus próprios marcadores de gênero, raça e classe, por exemplo, influenciam em sua escrita (HARAWAY, 1988). Não busco, portanto, uma verdade científica isenta, mas uma análise coerente e posicionada que possa contribuir com os debates do tema.

A segunda resposta, mais objetiva, é introduzida pela própria Dorfman.

A geografia da narrativa literária é necessariamente ficcional, mas dificilmente será completamente descolada das experiências espaciais do autor. Língua, identidade e tradições geralmente ligam-se a determinados recortes espaciais. É esse o sentido da expressão 'cultura espacialmente

6 “O Banheiro do Papa” é um longa-metragem ficcional de 2007 que retrata, na fronteira Brasil-Uruguai, movimentações que ocorrem por conta da visita do Papa. Para mais informações ACKER; MULLER, 2011.
7 Grande parte deste debate se dá sobre o uso de obras ficcionais em construção de ciência. Apesar das obras por mim escolhidas se classificarem como produções documentais, insiro este debate pois elas carecem de valor científico. Não entrarei na discussão semiótica entre as diferenças em se trabalhar com obras audiovisuais documentais ou ficcionais.

situada': o lugar – onde nascemos e somos criados, onde habita a comunidade para a qual produzimos nossas obras – influi em nossa visão de mundo, constituindo, a um só tempo, tropo e *locus*. O espaço geográfico se inscreve nas obras literárias como cenário e como ancoragem da cultura: é a paisagem e abriga um conjunto de práticas culturais estruturadoras do nosso horizonte de possibilidades, entre as quais se destacam a língua e os códigos para compreensão do espaço (DORFMAN, 2008b:np).

Como argumenta a autora, a ficção não é descolada totalmente da verdade, e suas paisagens e códigos auxiliam na análise do território. Não por acaso, portanto, algumas obras como o “Mar Paraguayo”, de Wilson Bueno, de 1992, continuam a provocar estudos na academia (FLORENTINO, 2011; DIEGUES, 2007; FAVARO, 2006). É nesse sentido, assim, que uso “A Fronteira”, “A Linha imaginária” e “A Linha Fria do Horizonte” como materiais de pesquisa.

Cabe também pontuar que somente “A Fronteira” pode ser facilmente classificada como uma obra feita por *fronteiriços*, sobre *fronteiriços*. As outras duas produções são feitas por diretores que têm laços afetivos e familiares com a cultura e a vivência da região, mas não poderiam ser chamados de *fronteiriços*. No entanto, todos os documentários apresentam depoimentos, perspectivas e demandas de *fronteiriços*, músicos e produtores de cultura da região, assim como suas percepções do Estado e da cultura nacional. Dessa maneira, estou mais interessado nos depoimentos colhidos do que na análise dos filmes em si, em uma espécie de trabalho de campo indireto propiciado pelo audiovisual documental.

“A Fronteira” é um curta-metragem documental de 8 minutos produzido pelos alunos secundaristas da Escola Estadual de Ensino Médio Barão de Aceguá, em Aceguá (Brasil), cidade gêmea de Aceguá (Uruguai). Sua produção se insere dentro do Projeto Inventar com a Diferença, uma iniciativa de 2014 de formação de educadores para trabalharem audiovisual e direitos humanos em suas escolas. O projeto foi financiado pela Petrobras e pelo Governo Federal, com coordenação da Universidade Federal Fluminense (INVENTAR..., 2016). Apesar de abranger 5.400 escolas em todo o território nacional, apenas Bagé e Aceguá, no Rio Grande do Sul, receberam o projeto. Essa produção, portanto, é feita por *fronteiriços* e sobre a fronteira.

O filme é uma coletânea de tomadas de Aceguá, mescladas com alguns depoimentos e uma narração. Já no começo do filme, a narradora diz que aquele espaço é “Um lugar onde tudo se mistura, aqui não existe divisão. Não se diz 'eu moro em Aceguá-Brasil ou Aceguá-Uruguai'. Se diz 'eu moro em Aceguá' e pronto.” (FRONTEIRA, 2014: 0:46). Da mesma

maneira, em outro momento da produção, a narradora expõe que “(...) aqui somos um povo só, indiferente da nacionalidade” (FRONTEIRA, 2014: 03:25). Segundo o filme, portanto, em Aceguá existe uma identidade que não se explica em função da escala estatal, nem mesmo para referir-se ao local de morada. No entanto, a dinâmica transfronteiriça é comentada pela narradora ao dizer que “O limite é a linha que divide os países, e a fronteira é o lugar que une” (FRONTEIRA, 2014: 02:15). Ao comentar o comércio entre as duas cidades, a narradora rapidamente diz que “Alguns chamam isso de contrabando, mas para nós é praticamente uma instituição” (FRONTEIRA, 2014: 04:15)

A fronteira, assim, aparece e desaparece durante a produção que a usa como título. *Bordering* e *debordering*, *fronteirização* e *desfronteirização* mostram-se como recursos de argumento da teoria e da cultura. Ao afirmar que a “linha divide” e a “fronteira une”, “A fronteira” estabelece um diálogo com Machado (1998) e confirma seus apontamentos; os locais também entendem os limites como centrípetos e as fronteiras como centrífugas. Além disso, a legitimação do contrabando, o comércio que existe em função das diferenças que surgem da demarcação de limites, também é o reforço da fronteira e dos processos de diferenciação e espelhamento.

Essas contradições se repetem ao longo das outras produções audiovisuais. “A Linha Imaginária” é um média-metragem documental de 26 minutos dirigido por Cíntia Langie e Rafael Andreazza e produzido pela Moviola Filmes, em Pelotas, no ano de 2014, com financiamento do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. O filme ganhou certa expressividade e circulou em festivais nacionais e internacionais, e teve exibição na rede de TV aberta em algumas ocasiões ao longo de 2014. Seu nome faz referência à maneira como a historiografia uruguaia costuma se referir à fronteira com o Brasil, como uma linha imaginária (SANCHÉZ, 2002). O filme, assim como “A fronteira”, é uma montagem de depoimentos e cenas colhidos na fronteira entre Brasil e Uruguai, mas, dessa vez, com pesquisa feita por toda a região, desde Barra do Quaraí, extremo oeste da linha divisória, ao Chuí, extremo leste. Separo três temas que emergem dos depoimentos exibidos.

O primeiro deles é o da identidade que, novamente, não diz respeito, aparentemente, às identidades nacionais. Ao longo do filme, os cidadãos locais afirmam que

Aqui a mistura é total, você pode ver que não tem nada que... não tem ponte, não tem... se passa de uma cidade para a outra... aliás, eu nem considero que sejam duas cidades, pra mim é uma cidade só. A mistura aqui na fronteira foi muito antes do MERCOSUL” (A LINHA IMAGINÁRIA, 2014:02:24)

Em depoimentos semelhantes, ouvimos que “As fronteiras políticas não têm nada a ver com as fronteiras culturais” (A LINHA IMAGINÁRIA, 2014: 02:45) e que “Há um espaço comum, que é o pampa, e em cima desse espaço comum, uma cultura comum que é a cultura gaúchesca” (A LINHA IMAGINÁRIA, 2014: 05:38). Novamente, aparece o argumento de que não há diferenciação na fronteira, e que o limite não influencia nessa identidade cultural. Alejandro Grimson (2000) alerta para que o pesquisador observe o discurso local nas fronteiras, de que elas não existem e há o mito da irmandade “desde sempre”, para observar que a fronteira existe para algumas coisas e, para outras, não. Adriana Dorfman e Eric Cardin (2013) relatam um acontecimento que mostra como, frequentemente, as nações “aparecem” para os fronteiriços e são por eles reforçadas

Outro caso emblemático aconteceu em Santana do Livramento-Rivera em 2009. 33 mães foram parir em Rivera, 33 bebês nasceram lá, porque o Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Livramento tinha sido fechado pelo conselho médico da cidade. A demanda por melhores serviços de saúde foi construída de modo a interrogar o estado brasileiro a respeito de sua capacidade de garantir o direito ao nascimento aos seus cidadãos, o que acionou sensibilidades nacionalistas também na escolha do número 33, importante na história da região por se associar à expressão “33 Orientales”, episódio da guerra de independência uruguaia do Império Brasileiro de grande produtividade na construção do nacionalismo uruguaio. Se o fechamento do hospital não tivesse acontecido em condição fronteiriça, teria passado despercebido. O episódio adquire um caráter internacional, não por sua natureza ou devido a algum projeto internacionalista, mas por sua situação geográfica nas margens do estado. É um exemplo, e certamente não é o único, do modo como o ativismo local lança mão de estratégias internacionais e pode ser resumido como a *instrumentalização do imaginário nacionalista* para avançar demandas locais. Cabe pontuar que essa mudança escalar – um problema local transformado em nacional – no caso dos “33 brasileiros”, não é uma acusação aos nacionais de outro país. (DORFMAN; CARDIN, 2014: np, ênfase adicionada)

A instrumentalização na fronteira não se limita ao imaginário nacionalista, mas a procedimentos básicos, como o registro de nascidos. Andrea Sánchez analisa essa prática em sua tese, e argumenta que

Se pensamos, por exemplo, na prática de nascer em um país e se registrar no país vizinho, quando guiada pela opção de ser nascido de, desde a perspectiva do Estado nacional, esta é uma prática fraudulenta e ilegítima; porém, o ator fronteiriço frequentemente a realiza com o sentido último de pertencer a uma nação, ser cidadão e ter a nacionalidade de um país determinado, que é o sentido e objetivo do registro de nascimento efetuado pelo Estado. A diferença principal radica em que, nesta fronteira, quem resolve onde registrar o nascimento é o próprio ator fronteiriço e não o Estado, e isto acontece com muitas das práticas descritas. De alguma forma, *os atores fronteiriços tomam o Estado nas suas mãos*, no sentido de ser eles mesmos

os que têm, “el poder de nombrar, identificar, categorizar, de indicar qué es qué y quién es quién” (SANCHEZ, 2002:84, ênfase adicionada)

O retrato mais apropriado seria, portanto, não de uma fronteira que não enxerga diferenciações entre os Estados, mas que quando é convidada a se retratar, o faz como tal. Quais seriam os motivos dessa contradição? Sem dúvida, há uma sobreposição, no discurso, da cultura compartilhada transfronteiriçamente e do limite. No entanto, mesmo essa percepção se mostra falha. Andrea Sánchez (2002), em sua tese, mostra como há nacionalismos fortes na fronteira Brasil-Uruguai, e como a força dessa identidade nacional imaginada, que parte dos centros políticos dos países, é relevante ainda em condição de margem.

Uma outra possível explicação poderia vir de outro trecho do filme. Nele, um fronteiriço reclama que “Eles [os governantes] adotam leis que tem de aplicar em São Paulo e Rio de Janeiro em Aceguá!” (A LINHA IMAGINÁRIA, 2014: 7:39). A reclamação da isonomia de tratamento e o não reconhecimento do status diferencial de uma cidade de fronteira é recorrente no trabalho de campo, e também aparece na Carta da Fronteira (Anexo 1). O argumento ganha mais força se a fronteira for completamente integrada e Uruguai e Brasil se confundirem; nessas condições somente os cidadãos locais saberiam tomar as medidas apropriadas de administração do território. Não coincidentemente, a Carta da Fronteira demanda que uma comissão local seja o locutor responsável por decisões e projetos de gestão cultural da região. A fronteira, assim, perfeitamente unida, não é só um imaginário persistente como traz força às demandas políticas.

Outro tema recorrente em “A linha imaginária” é a do hibridismo cultural. Os fronteiriços argumentam que “Nosotros somos essas espécies híbridas” (A LINHA IMAGINÁRIA, 2014: 5:00), “A nossa identidade é essa mescla, esse entrelaçar de culturas” (A LINHA IMAGINÁRIA, 2014, 11:15), “Nos sentimos próprios daqui, como únicos” (A LINHA IMAGINÁRIA, 2014,11:45). Esse hibridismo seria o resultado da identidade e cultura brasileira mesclados com a identidade e cultura uruguaia. As duas construções, ao se encontrarem na fronteira, produziriam uma terceira, que contém elementos das duas. Esse fenômeno costuma ser retratado pelos centros produtores de informação como contaminação, uma vez que enevoa a separação clara que deveria haver entre o nacional e o estrangeiro (GRIMBERG; DORFMAN, 2013). Na fronteira, porém, essa não-demarcação é exaltada como a principal identidade da região.

O hibridismo, aliás, é o principal tema de “A Linha Fria do Horizonte”. O longa-

metragem documental retrata a produção de Milongas, gênero musical da Bacia do Prata que tem especial força simbólica no Uruguai e na região de fronteira entre Brasil e Uruguai. Dirigido por Luciano Coelho e Christiane Spode, o filme centra-se nas figuras dos compositores e intérpretes Vitor Ramil, no Brasil, e Jorge Drexler, no Uruguai, apesar de conter depoimentos de vários outros músicos. As cenas do filme foram captadas em 2011 e 2012, no Brasil, no Uruguai, na Argentina e na Espanha. O filme é uma produção da Linha Fria Filmes, de 2014, possui 111 minutos e é financiado por patrocinadores privados. Circulou por festivais nacionais e internacionais e foi exibido em TV pelo Canal Brasil.

Ao longo da produção, são muitos os momentos em que traz-se a baila a figura do híbrido. Jorge Drexler, comentando Vitor Ramil, afirma que ele propõe “A construção de identidade a partir de Milonga, um híbrido típico dessa região” (A LINHA FRIA...,2014: 12:00, tradução livre). Vitor Ramil afirma que a defesa da Milonga e de seu regionalismo consiste em “Defender algo que me parecia próprio” (A LINHA FRIA..., 2014: 60:00). Drexler chega a dizer que a milonga seria um “Gênero mestiço” (A LINHA FRIA..., 2014: 47:00) e que “O gaúcho é outro híbrido” (A LINHA FRIA, 2014: 72:00). Novamente aqui há a exaltação do diálogo entre as culturas brasileiras e uruguaias, e não uma cautela em relação a contaminações por culturas situadas além do limite internacional.

Outro tema recorrente no filme é o da condição periférica da fronteira, especialmente em relação aos centros demográficos e financeiros brasileiros. Vitor Ramil, ao se perguntar sobre produzir cultura distante desses centros, divaga que seu trabalho “[Não é] Produzir 'à margem do centro'...Eu não tô à margem de um centro, eu tô no centro de outra história” (A LINHA FRIA...,2014: 06:30). Outros músicos, ainda, afirmam que Ramil “(...) pensa o Rio Grande do Sul como centro, como possível ligação com os países do Prata e do Brasil” (A LINHA FRIA...,2014: 26:00). Essas perspectivas dialogam tanto com a abordagem de que as fronteiras, apesar de estarem espacialmente distante dos centros políticos, constituem centralidades ao serem espaços de demarcação e presença estatal (DAS; POOLE, 2008), quanto com a possibilidade de ver na fronteira e na própria Bacia do Prata uma comunidade de diálogo para a integração dos países da região. Músicos enxergam na Milonga uma possibilidade de estabelecer proximidades entre os países platinos, e, por eliminação, negam as construções em direção a um Mercosul Imaginado.

Essa identidade também é posta em comparação com a identidade nacional brasileira. Ramil relata que sua produção musical é uma tentativa de “reagir ao estereótipo do gauchismo

e de brasilidade” (A LINHA FRIA..., 2014: 26:00). Isso porque o compositor não sente que o Rio Grande do Sul e o bioma Pampa estejam representados na construção identitária brasileira, que ele chama de uma “Estética do Calor”. Haveria a necessidade da afirmação de outra identidade, apoiada em outro território. Essa identidade, no entanto, não se confunde com o Movimento Tradicionalista Gaúcho, pelo qual Ramil também não se sente representado. É desse processo que surge a “Estética do Frio”, álbum de Ramil que marca sua carreira e batiza parcialmente o filme.

Esse novo regionalismo não é somente reativo a uma cultura nacional não representativa. Ele também é resultado de laços geracionais e pertencimentos territoriais. Ao falar do pai, fronteiro, Ramil diz que “(...) nas primeiras escolas que ele ensinou...ensinava em portunhol (...) e muitas coisas que compus roubei daí, da fronteira” (A LINHA FRIA..., 2014: 20:00). Do território, comenta-se que “Esta paisagem, combinada com a arquitetura refinda de Pelotas, foram muito importantes pra mim” (A LINHA FRIA..., 2014: 22:00). Drexler resume bem a questão e diz que o território é “(..) uma região onde há três fronteiras políticas e uma linguística e mesmo assim há uma comunhão muito marcada” (A LINHA FRIA..., 2014: 38:00). Os músicos, portanto, flertam tanto com os mecanismos de transmissão de identidade geracional expostos por Thiesse (2001), quanto com o vínculo com o território e a relevância disso na construção identidade de Haesberth (1998).

As três produções audiovisuais, assim, apresentam constantes: o retrato das fronteiras como locais de comunhão e convivência; a fronteira e o fronteiro como locais e cidadãos únicos ou diferentes dos cidadãos nacionais mais centralizados do Brasil e do Uruguai; e a identidade híbrida. Há imagens simultâneas de uma fronteira invisível, ou imaginária, e uma fronteira presente e determinante. Por fim, há também a paisagem compartilhada e as particularidades territoriais como constituintes desse regionalismo.

Não encontro elementos, no entanto, para afirmar que essa seja uma identidade equivalente a uma identidade nacional. Guiando-me por Thiesse (2001), não há instituição central que produza e organize uma identidade coesa, muito menos uma extensa lista que preencha o conteúdo imagético necessário a uma identidade que tenha status de nacional. Ao mesmo tempo, essa reivindicação também não é encontrada.

O que se pode afirmar seguramente é que há uma identidade territorial, como estudada por Haesbert (1998). O território aparece como principal fator desta identidade, que se propaga transfronteiriçamente, já que este território é compartilhado de ambos os lados do

limite internacional. O papel da transmissão geracional também é apontado como relevante na criação destes laços de pertencimento.

Essa identidade territorial não se opõe às identidades nacionais. Ao ser retratada como híbrida, como a junção da identidade Uruguaia e Brasileira, seu próprio conceito já inclui o diálogo com essas construções que partem dos centros políticos. A nação não é negada, mas buscada e instrumentalizada quando convém aos fronteiriços. Essa prática não deve ser taxada negativamente, ela apenas reflete as possibilidades do território.

Se não há negação da nação, há críticas a seu caráter totalizante. Os fronteiriços e os produtores de cultura da região não se veem representados na identidade nacional brasileira, ou pelo que Ramil chama de Estética do Calor. Esse não reconhecimento existe tanto por essa identidade dizer respeito ao centro do país, uma outra paisagem territorial, quanto por ela não levar em conta as especificidades e demandas do território fronteiriço. Assim como os movimentos sociais, as produções culturais exaltam os diferenciais da fronteira e sua valorização. Há, portanto, a necessidade de alargamento das concepções de identidade nacional e cultura nacional. Essa necessidade de alargamento é uma crítica já consolidada em nações europeias. Sobre esse fato, Bresser-Pereira comenta que

No seio das nações, há hoje uma crítica crescente ao particularismo multiculturalista. O aumento constante das migrações internacionais para os países ricos levou inicialmente ao multiculturalismo, mas, mais recentemente, voltou-se a afirmar a necessidade da integração nacional. Em vez da tese política do reconhecimento do outro de caráter multiculturalista que aumenta as identidades e os conflitos, a proposta é a de que o *reconhecimento seja identificado com o direito à participação igual dos grupos minoritários* (BRESSER-PEREIRA, 2008:np, ênfase adicionada)

Esse alargamento na identidade nacional, portanto, deve ser de forma inclusiva, em lugar de um painel “multiculturalista” brasileiro, platino ou mercosulino⁸. Os movimentos sociais e as produções culturais, inclusive, não demandam que suas identidades sejam um entendimento mais adequado de uma identidade brasileira e uruguaia, mas sim que sejam reconhecidas como legítimas. Esses entendimentos se aproximam muito mais do conceito de espaços de diálogo, de Grimson (2001), do que de um Mercosul Imaginado (FARRET, 2010). A fronteira, tanto em seu território como em suas produções culturais e gêneros musicais, oferece oportunidades de comparação e descoberta de semelhanças e reciprocidades entre as identidades nacionais, podendo ser auxiliar no processo de integração cultural.

Compreender essa integração, aliás, não mostra-se simples com a teoria de Relações

8 Tradução livre da expressão *mercosureño*, de Alejandro Grimson (2001).

Internacionais disponível. Utilizando Nye (1969), podemos retratar esse processo como Integração Social (IS) e Integração Política (IP). No entanto, os indicadores da IS costumam ser intercâmbios, fluxos turísticos e dados como ligações telefônicas. Embora o autor escreva que há outras possibilidades de medição, falta-nos teoria apropriada. Ao medir a IP analisando os avanços institucionais em relação à cultura fronteiriça, chegaríamos a conclusão que não há uma integração expressiva, ou com grande efetividade, dado o teor simbólico dos acordos firmados. Essa constatação, claro, contrasta-se com o cotidiano fronteiriço compartilhado.

Em outras disciplinas, a fronteira e a integração desse espaço já são debatidas há mais tempo, como na Geografia. Machado (1998) formula sobre as forças centrípetas e centrífugas, enquanto Veena Das e Deborah Poole (2008) contribuem ao debate ao teorizarem sobre que a marginalidade da fronteira, na verdade, é feita de centralidades, não só porque ali são feitas funções de demarcação e controle, mas porque a fronteira organiza a vida daqueles que nela habitam. Adriana Dorfman, porém, argumenta que

A fronteira internacional não se presta a essencializações, na medida em que se apresenta como um objeto complexo e situacional, cujas materializações envolvem agentes de diferentes escalas e poderes, e cuja representação se transforma geográfica, histórica e socialmente. (DORFMAN, 2009b:1)

Assim, apesar da abundância de estudos da própria autora, não há uma teoria de fronteira geral e explicativa de todos os fenômenos, e a própria autora não se propõe a isso. No entanto, fenômenos internacionais de fronteirização de desfronteirização (bordering e debordering) são explicativos para este estudo. O aparecimento e desaparecimento da fronteira nos discursos dos fronteiriços e em suas representações se explica por esses conceitos, mas também se explica como estratégia de ativismo e sobrevivência. Importa notar, também, que a fronteirização e desfronteirização não é homogênea ao longo do território, mas é expressa e instrumentalizada por diferentes grupos em diferentes momentos. A integração é retratada como total e a fronteira como imaginária como um reflexo do cotidiano compartilhado, trazendo força a movimentos como o Fronteras Culturales. O próprio nome do movimento, porém, confirma que a fronteira é real e determinante.

5 – NOTAS FINAIS

Estudar o *ethos* fronteiriço ou a cultura fronteiriça não é uma negação do papel do estado e do exercício de seu poder. A fronteira internacional, a barreira econômica e o limite jurídico e político, que tanto interferem no cotidiano dos fronteiriços, surgem com o estado territorial, para a sua própria manutenção e controle. A região fronteiriça entra em cena como um lugar em que as materializações do limite do território do estado (sua iconografia, o seu aparato de controle e seus pressupostos de homogeneidade nacional) se encontram com o cotidiano de pessoas colocando entraves e possibilidades. Como desviantes, marginais ou contraventores, os fronteiriços experimentam e se aparelham para dar conta de um estado muito presente, mas também de sua ausência. Dessa condição marginal, condição fronteiriça, vão surgir práticas que interpelam o estado em sua distribuição desigual do excedente, dos serviços, dos acessos (DORFMAN, CARDIN, 2013: np).

O objetivo posto a este trabalho foi o de analisar a integração cultural na fronteira, investigando a identidade fronteiriça e comparando-a com conceitos de nação e identidade nacional. Apesar da abordagem multiescalar, o Estado seguiu mostrando-se como escala representativa e explicativa; não de todo o fenômeno, mas de parte dele. Como argumentam os autores na citação acima, o estudo do contexto transfronteiriço revela a determinância da fronteira no cotidiano local, e não negações das funções do Estado e de sua legitimidade.

No entanto, a transfronteiridade só é adequadamente analisada levando em conta as escalas regionais e locais. Ao longo deste estudo, comprova-se que é possível estudar Relações Internacionais em perspectiva multiescalar. Para isso são necessárias teorias e análises de outras disciplinas, em especial, da Geografia, da História e da Antropologia. Scherma (2015) havia chamado a atenção da importância de mais estudos de fronteira nas Relações Internacionais; complemento seus apontamentos argumentando que esses estudos são necessários para que teorias em diálogo com outras disciplinas sejam desenvolvidas.

Assim, argumento porque as teorias de integração consolidadas, mesmo as mais liberais, como Nye (1998), tenderiam a avaliar a integração entre Brasil e Uruguai a partir de indicadores nacionais, e não regionais e locais. A análise dos documentos oficiais, por exemplo, levaria a conclusões de uma integração muito incipiente. A investigação do cotidiano e das produções culturais, no entanto, revela uma integração pulsante e dinâmica.

A investigação de produtos culturais também não é frequente nas Relações Internacionais e a carência de aportes teóricos foi sentido. Apesar de Suppo (2012) traçar um panorama do estudo da cultura nas Relações Internacionais, estes estudos geralmente baseiam-se em produtos culturais produzidos pelo Estado, como propagandas políticas e materiais educacionais, ou em ações de um Estado diante de manifestações culturais de

outros. O estudo da cultura e de produções culturais em si ainda não é expressivo nas Relações Internacionais como são na Antropologia e Geografia.

Adriana Dorfman (2009), no entanto, já advertiu para os cuidados de utilizar produções não científicas como fonte. Esses cuidados foram discutidos, mas cabe lembrar que as obras sempre refletem o espaço, os marcadores e as intenções daqueles que as produzem, assim como o trabalho científico, que é situado (HARAWAY, 1998). O que resulta é que as produções culturais dizem sobre aqueles que a produzem e aqueles que retrata, e o trabalho científico deve entender-se como posicionado e limitado às suas fontes.

O trabalho feito com fontes culturais, aliás, permite outros questionamentos que poderiam desenhar futura pesquisa. As fontes abrem espaço para que se compare a produção analisada com produções culturais mais centrais, selecionadas em museus e exposições nos centros culturais do país, e questionar sobre as nuances da identidade nacional e territorial nos diferentes locais de produção. Esses questionamentos poderiam investigar a suposta “contaminação” que ocorre nas fronteiras, no contato com o outro, estrangeiro (GRIMBERG; DORFMAN, 2013) e as influências da integração regional na cultura, em perspectiva comparada.

Outra possibilidade de pesquisa utilizando-se dessas fontes seria compará-las com produções mais centrais uruguaias e brasileiras, procurando verificar se, de fato, a fronteira se mostra como uma locus de diálogo, aos moldes de Grimson (2001). E uma terceira e mais distante pesquisa poderia ser o comparativo dessas produções com produções que digam respeito a outras fronteiras e comparar se as análises, em diversas escalas, coincidem em resultado; isto é, comparar processos de integração por meios tradicionais e pela análise cultural, avaliando se os métodos produzem resultados semelhantes e das possibilidades de complementariedades entre os dois.

Dessa maneira, não esgotei as possibilidades das fontes, mas encerro este trabalho certo de haver me posicionado em um debate ainda inicial nas Relações Internacionais, mas já mais avançado em outras disciplinas. Espero que a continuidade dos estudos siga criando e consolidando novas abordagens que aprofundem o conhecimento de realidades periféricas e de metodologias e práticas para a construção de Estados inclusivos e integrados em prol daqueles que são minorias. Também espero que a disciplina de Relações Internacionais se abra a aportes teóricos de outras disciplinas, permitindo que o objeto, e os questionamentos por ele levantados, conduzam o pesquisador para os métodos e conceitos mais adequados.

REFERÊNCIAS

- ACKER, Ana Maria. MÜLLER, Karla Maria. A fronteira no espaço filmico de “O banheiro do Papa”. **Revista de Comunicação e Epistemologia da Universidade Católica de Brasília -COMUNICOLOGIA**, n9, Brasília, 2011. Disponível em <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RCEUCB/article/download/2888/1792>> Acesso em 12 mai 2016
- AGNEW, John. The Territorial Trap: The Geographical Assumptions of International Relations Theory. **Review of International Political Economy**, v.1, n.1, 1994.
- ALBUQUERQUE, José Lindomar C. Processos de fronterización y sentidos de pertenencia entre Brasil y Paraguay. In: HERNANDEZ, Alberto Hernández; CAMPOS-DELGADO, Amalia E. **Líneas, límites y colindancias**: Mirada a las fronteras dede América Latina. Tijuana: El Colegio de la Frontera Norte, 2015.
- ALMEIDA, Ricardo. Calendário de Integração Brasil-Uruguai. In: MALLMANN, Maria Izabel; MARQUES, Teresa Cristina Schneider. **Fronteiras e relações Brasil-Uruguai**. Porto Alegre: EdPUCRS, 2015.
- ALMEIDA, Ricardo. **Fronteiras Culturais/Fronteras Culturales**. 2015b. Disponível em <https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=973438059388529&id=971969389535396>. Acesso em 9 jun 2016.
- AMILHAT-SZARY, Anne-Laure; GIRAUT, Frédéric. The mobile border – La frontière mobile. **International BRIT Conference**: 11ª Edição. Genebra e Grenoble, 2011;
- AMILHAT-SZARY, Anne-Laure. Artista passa-paredes? **Boletim Gaúcho de Geografia**, v.42, n.2, 2015. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/56326/34029>>. Acesso em 9 jun 2016
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- APPADURAI, Arjun. **Modernity at large**: cultural dimensios of globalization. Minnesota: University of Minesota Press, 1996.
- ARON, Raymond. **Paix et Guerre entre le nations**, Paris: Calman-Lévy, 1984.
- A LINHA FRIA DO HORIZONTE**. Dirigido por Luciano Coelho e Christiane Spode. Linha Fria Filmes, 2014. 110 Minutos, cor.
- A LINHA IMAGINÁRIA**. Dirigido por Cíntia Langie e Rafael Andreazza. Pelotas: Moviola Filmes, 2014. 26 minutos, Cor.
- BALASSA, Bela. **Teoria da Integração Econômica**. Lisboa: Clássica Editora, 1964.
- BAREI, Silvia. Fronteras naturales/fronteras culturales: nuveos problemas/nuevas teorías.**Tópicos del Seminario**, 29, 2013. Disponível em <<http://www.redalyc.org/pdf/594/59427873006.pdf>>. Acesso em 15 abr 2016
- BELTING, Hans. **O fim da história da arte**: uma revisão dez anos depois.São Paulo: Cosac Naify, 2006.

BID-ENTAL. **Integración Energética en el Cono Sur**. Buenos Aires: Instituto para la Integración de América Latina y El Caribe, 1996.

BRASIL. **Decreto nº 1.846, de 3 de Agosto de 1937**. Brasília: DOU, 1937. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D1846.htm>. Acesso em 12 mai 2016

BRASIL. **Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília: Ministério da Integração, 2005. Disponível em <<http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2005-livro-PDF.pdf>>. Acesso em 12 jun 2016

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Nacionalismo no centro e na periferia do capitalismo. **Estudos Avançados**, vol. 22, n.62, São Paulo, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000100012>. Acesso em 29 mai 2016.

BRUBAKER, Roger; COOPER, Frederick. Más allá de 'identidad'. **Apuntes de Investigación del CECyp**, n7, 2001. Disponível em <<http://comunicacionycultura.sociales.uba.ar/files/2013/02/Brubaker-Cooper-espanol.pdf>>. Acesso em 19 abr 2016

CAMPOS-DELGADO, Amalia E.; HERNANDEZ, Alberto Hernández. Introducción. In: HERNANDEZ, Alberto Hernández; CAMPOS-DELGADO, Amalia E. **Líneas, límites y colindancias**: Mirada a las fronteras de América Latina. Tijuana: El Colegio de la Frontera Norte, 2015.

CARR, Edward Hallet. **Vinte anos de crise: 1939-1945**. Uma introdução ao Estudo das Relações Internacionais. Brasília: Editora UnB, 2001.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a Escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia**: O discurso competente e outras falas. Cortez, 2006.

CLEMENTE, Isabel. Cambio y continuidad en la relación binacional Brasil-Uruguay. In: MALLMANN, Maria Izabel; MARQUES, Teresa Cristina Schneider. **Fronteiras e relações Brasil-Uruguai**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2015.

COMUNELLO, Felipe José. O global, o nacional e o regional: Apontamentos de um longo debate. In: MALLMANN, Maria Izabel; MARQUES, Teresa Cristina Schneider. **Fronteiras e relações Brasil-Uruguai**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2015.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. **El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas**. In: Revista Académica de Relaciones Internacionales, 8, Madrid, p. 1-39, 2008.

DIEGUES, Bernada Acosta. **Escritura e oralidade em Mar Paraguayo, de Wilson Bueno**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2007.

DORFMAN, Adriana. Nacionalidade doble-chapa: novas identidades na fronteira Brasil-Uruguai. In: HEIDRICH, Alvaro Luiz Heidrich et al.. **A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço**. Porto Alegre, 2008. Disponível em <<http://www.retis.igeo.ufrj.br/pesquisa/limites-e-fronteiras>>

internacionais/nacionalidade-doble-chapa-novas-identidades-na-fronteira-brasil-uruguai/#.V1xyep6j7eS>. Acesso em 30 mai 2016

DORFMAN, Adriana. Pequenas pontes submersas: interpretações geográficas e antropológicas de literaturas de contrabando. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, vol3, n1, Belém, 2008b. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222008000100008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 12 mar 2016.

DORFMAN, Adriana. **Contrabandistas na fronteira gaúcha**: Escalas geográficas e representações textuais. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

DORFMAN, Adriana. A cultura do contrabando e a frontera coo lugar de memória. **Estudios Historicos – CDHRP**, n1, 2009b. Disponível em <http://www.estudioshistoricos.org/edicion_1/adriana-dorfman.pdf>. Acesso em 13 abr 2016

DORFMAN, Adriana; CARDIN, Eric Gustavo. Estratégias espaciais do ativismo em condição fronteiriça no Cone Sul. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, n23, vol 2, 2014. Disponível em <http://www.sci.unal.edu.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-215X2014000200003&lng=pt&nrm=iso#f_01>. Acesso em 21 mai 2016.

DORFMAN, Adriana; FRANÇA, Arthur Borba Colen; CORSEUIL, Lucien Soldera. A expansão e a repressão por imagens: Uma discussão situada na fronteira Brasil-Uruguai. **Terra Livre**, ano 29, n. 40, V1, São Paulo, 2013.

FARIA, Luiz Augusto Estrella. **A Chave do Tamanho**: Desenvolvimento Econômico e Perspectivas do Mercosul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FARRET, Rafael Leporace. **A imagem do Brasil nos livros didáticos paraguaios de história**: Um estudo para a integração cultural no Mercosul. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 2010.

FAVARO, Celso Hernandes. **Vozes, labirintos, alegorias**: Mar Paraguayo, de Wilson Bueno. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2006.

FLORENTINO, Nádía Nelziza Lovera de. **A vertigem da linguagem em Mar Paraguayo, de Wilson Bueno**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2011.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Graal, 2012.

FRIEDMAN, Kajsja Ekholm; FRIEDMAN, Jonathan. Introduction. In:RIEDMAN, Kajsja Ekholm; FRIEDMAN, Jonathan. **Historical Transformations**: The Anthropology of Global Systems. Lanham: AltaMira Press, 2008.

FRONTEIRA. Produzido pela EEEM Barão de Aceguá [Vídeo]. Aceguá, 2014. 8 minutos, Cor. Disponível em <<https://vimeo.com/109278986>>. Acesso em 18 abr 2016.

FUKUYAMA, Francis. **O Fim da História e o Último Homem**. São Paulo: Rocco, 1992.

GRIMBERG, Daniela Seixas; DORFMAN, Adriana. Alcances e limites do acompanhamento de notícias na pesquisa sobre o contrabando de agrotóxicos na região sul do Brasil. In:

COSTA, Gustavo Villela Lima da; BIVAR, Vanessa dos Santos Bodstein. **Fronteira em questão: múltiplos olhares**. Campo Grande: UFMS, 2013.

GRIMSON, Alejandro. **Fronteras, naciones e identidades: La periferia como centro**. Buenos Aires: Ciccus, 2000.

GRIMSON, Alejandro. Fronteras, migraciones y Mercosur: crisis de las utopías integracionistas. **Apuntes de Investigación del CECYP**, n. 7, 2001. Disponível em <<http://web.archive.org/web/20031107045308/http://www.apuntes-cecyp.org/N7-Grimson.htm>>. Acesso em 10 mai 2016.

GRIMSON, Alejandro. Fronteras e identificaciones nacionales: diálogos desde el Cono Sur. **Iberoamericana**, v17, 2005. Disponível em <<https://journals.iai.spk-berlin.de/index.php/iberoamericana/article/viewFile/1006/686>>. Acesso em 12 mai 2016.

GRIMSON, Alejandro. **Pasiones Nacionales. Política e cultura en Brasil Y Argentina**. Buenos Aires: Edhasa, 2007.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos: O Estado Nacional e os nacionalismos no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997

HAESBAERT, Rogério. A noção de rede regional: Reflexões a paritr da migração “gaúcha” no Brasil. **Revista Território**, ano III, n. 4, 1998.

HARAWAY, Dona. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. **Feminist Studies**, vol.14, n.3, 1988. Disponível em <<http://www.staff.amu.edu.pl/~ewa/Haraway,%20Situated%20Knowledges.pdf>>. Acesso em 01 jun 2016.

HARAWAY, Donna. Manifesto do Ciborgue. In: HARAWAY, Donna; SILVA, Tomaz Tadeu da; KUNZRU, Hari. **Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano**. São Paulo: Autêntica, 2000.

IVENTAR COM A DIFERENÇA. **Apresentação**. 2016. Disponível em <<http://www.inventarcomadiferenca.org/rede>>. Acesso em 14 mai 2016.

KOLOSSOV, V.A. Ethno-territorial conflicts and boundaries in the former Soviet Union. **Boundary and Territory Briefing 2**. Durham: International Boundaries Research Unit, 1992.

LILOVA, Dessislava. Como imaginar a pátria? A experiência búlgara da primeira metade do século XIX. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 32, n. 1, 2007.

LINDBERG, Leon N. Political Integration as a Multidimensional Phenomenon Requiring Multivariate Measurement. **International Organization**, v.24, n.4, 1970. Disponível em <<http://journals.cambridge.org/action/displayAbstract?fromPage=online&aid=4280640&fileId=S0020818300017501>>. Acesso em 06 jun 2016.

MACHADO, Lia Osorio. Limites, fronteiras, redes. In STROHAECKER, T. M.; SCHAFFER, N. O.; BAUTH, N.; DUTRA, V.S. **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: AGB Porto Alegre, 1998.

MALLMANN, Maria Izabel; COUTINHO, Carolina. Integração Sul-Americana: Aportes para entendê-la. In: MALLMANN, Maria Izabel; MARQUES, Teresa Cristina Schneider.

Fronteiras e relações Brasil-Uruguai. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2015.

MARTINS, Maria Helena. **I Encontro Fronteiras Culturais (Brasil-Uruguai-Argentina).** 2000. Disponível em <http://www.celpsyro.org.br/joomla/index.php?option=com_content&view=article&Itemid=0&id=360>. Acesso em 18 abr 2016.

MAUSS, Marcel. 1972. "La nación (circa.1920)". In: *Sociedad y ciencias sociales*, obras III. Barcelona: Barral Editores.

MERLE, Marcel. **Forces et enjeux dans les relations internationales.** Paris: Economica, 1985.

MERLE, Marcel. **Bilan de Relations Internationales Contemporaines.** Paris: Economica, 1995.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Convênio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República Oriental do Uruguai.** 1956. Disponível em <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1956/b_46/>. Acesso em 12 abr 2016.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Protocolo de Intenções sobre assuntos culturais, científicos, técnicos e tecnológicos.** 1985. Disponível em <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1985/b_40/>. Acesso em 27 mai 2016.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Acordo de Cooperação Cultural entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai.** 1996. Disponível em <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1996/b_93/>. Acesso em 18 mai 2016.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Atos assinados por ocasião da visita da Presidenta Dilma Rousseff ao Uruguai – Montevideu, 30 de maio de 2011.** 2011. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2623-atos-assinados-por-ocasio-da-visita-da-presidenta-dilma-rousseff-ao-uruguai-montevideu-30-de-maio-de-2011>>. Acesso em 26 abr 2016.

MORGENTHAU, Hans J.. **Política entre las Naciones.** Buenos Aires: Grupo editor Latinoamericano, 1992.

NEWMAN, David; PAASI, Anssi. Fences and neighbours in the postmodern world: boundary narratives in political geography. **Progress in Human Geography**, 22, 2, 1998.

NYE, Joseph. Integración regional comparada. Concepto y medición. **Revista de la Integración**, v. 5, p. 50-86, 1969.

OLIVEIRA, Lucas Kerr de. A infraestrutura da integração regional e a integração Brasil-Uruguai. In: MALLMANN, Maria Izabel; MARQUES, Teresa Cristina Schneider. **Fronteiras e relações Brasil-Uruguai.** Porto Alegre: EdiPUCRS, 2015.

OLIVEN, Ruben G. Cultura e Identidade Nacional e Regional. In: MARTINSM Carlos Benedito; DUARTE, Luiz Fernando Dias. **Horizontes das ciências sociais no Brasil: Antropologia.** São Paulo: ANPOCS, 2010.

PÖTZSCH, Holger. The Emergence of iBorder: Bordering Bodies, Networks, and Machines. **ABS World Conference**, Jpensuu/St.Petersburg, 2014.

- PRADO, Henrique Sartori de Almeida. A paradiplomacia no processo de integração regional – o caso do Mercosul. **3º Encontro Nacional da ABRI**. 2011. Disponível em <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/enabri/n3v2/a23.pdf>>. Acesso em 08 jun 2016.
- PRADO, Henrique Sartori de Almeida. **Inserção dos atores subnacionais no processo de integração regional**: O caso do Mercosul. Dourados: Editora da UFGD, 2013.
- QUIJADA, Mónica. Nación y Territorio: La dimensión simbólica del espacio em la construcción nacional argentina: Siglo XIX. **Revista de Indias**, vol. LX, número 219, 2000.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RECONDO, Gregógio. **Identidad, Integración e Creación em América Latina**: El Desafío del Mercosur. Buenos Aires: UNESCO-Editorial de Belgrano, 1997.
- RECONDO, Gregógio. **Mercosur**: la dimensión cultural de la integración. Buenos Aires: CICCUS, 1997b.
- REINHEIMER, Patrícia. Identidade nacional como estratégia política. **Mana**, vol.13, n.1, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132007000100006>. Acesso em 05 mai 2016.
- RENAN, E. **Qu'est-ce qu'une Nation?**. Paris: Pocket, 1993
- ROSIÈRE, Stéphane. Mundialização e teicopolítica, análise do fechamento contemporâneo das fronteiras internacionais. **Boletim Gaúcho de Geografia**, N 42, V 2, 2015.
- ROY, Wagner. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SÁNCHEZ, Andrea Quadrelli. **A fronteira inevitável**: um estudo sobre as cidades de fronteira de Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil) a partir de uma perspectiva antropológica. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994b.
- SCHERMA, Márcio Augusto. As fronteiras nas Relações Internacionais. In: PRADO, Henrique Sartori de Almeida; NETO, Toma Espósito. **Fronteiras e relações internacionais**. Curitiba: Íthala, 2015.
- SMITH, Anthony D. Três conceptos de nación. In: **Revista de Occidente**, n.o 161, 1994, pp. 7-22.
- SPRANDEL, Marcia Anita. Breve genealogia sobre os estudos de fronteiras e limites no Brasil. In OLIVEIRA, Roberto Cardoso de; BRAINES, Stephen Grant. **Nacionalidade e etnicidade em fronteiras**. Brasília: Editora Universal de Brasília, 2005.
- SUPPO, Hugo Rogelio. O papel da dimensão cultural nos principais paradigmas das relações internacionais. In: SUPPO, Hugo Rogelio; LESSA, Mônica Leite (Orgs). **A quarta dimensão das Relações Internacionais**: a dimensão cultural, Rio de Janeiro: Contracapa, 2012.
- THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: As Identidades Nacionais. **Anos 90**, nº15, 2001. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/issue/view/628/showToc>. Acesso em 24

mai 2016.

WALTERS, William. Rethinking Borders Beyond the State. **Comparative European Politics**, vol.4, n. 2-3.

WALTZ, Kenneth N. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.

WEBER, Max. **A política como vocação**. Brasília: Editora da UnB, 2003.

ZALEWSKI, Marysia; ENLOE, Cynthia. Questions about Identity in International Relations. In: BOOTH, Ken; SMITH, Steve. **International Relations Theory Today**. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1995.

ANEXO 1 – CARTA DA FRONTEIRA

Os prefeitos, intendentes, alcaldes e atores sociais dos municípios e departamentos da Fronteira do Brasil e uruguai, reunidos em Santana do Livramento, no dia 12 de julho de 2010, dada a necessidade de promover a integração cultural entre ambos países, sobretudo na Faixa de Fronteira, **considerando:**

1. A histórica convivência entre ambos os povos da fronteira Brasil-Uruguai;
2. Que esta histórica relação produziu um patrimônio cultural com identidade própria;
3. Que os pontos de fronteira constituem um corredor cultural no território do bioma pampa, com suas singularidades e diversidade ambiental e cultural;
4. Que é importante e urgente fortalecer as ações culturais das comunidades da fronteira, bem como ampliar e democratizar o acesso aos serviços e bens materiais e imateriais, às políticas e ações culturais, e fortalecer a economia da cultura, as capacidades e os saberes locais;
5. Que o Parlamento do Mercosul aprovou os pontos de cultura como importante referencia conceitual para multiplicação no âmbito do mercosul;
6. Que o Brasil assumiu a presidencia pró-tempore do Grupo de Ministros da Cultura do Mercosul;
7. Que a integração do bloco regional tem a integração cultural como central para o fortalecimento dos projetos de nação e o desenvolvimento dos países que o integram;

Resolvem:

1. Constituir uma comissão binacional integrada pelos agentes públicos e representantes das organizações sociais e culturais da fronteira, com o objetivo de implementar e efetivar o processo de mobilização visando o processo de integração cultural entre Brasil e Uruguai;
2. Delegar a essa comissão a missão de articular as ações e gerar a criação de espaços públicos de discussão para a formulação de políticas culturais para a zona de fronteira;
3. Propor aos governos federal brasileiro e nacional uruguaio reconhecer esta comissão como o espaço de interlocução legítimo das tomadas de decisão das políticas culturais para a fronteira;
4. Propor os governos federal brasileiro e nacional uruguaio, comprometer os ministérios e órgãos culturais competentes, com os propósitos listados neste documento, mediante a

firmatura de um acordo ou protocolo de cooperação cultural;

- 5 . Implementação de escolas binacionais de arte que priorizem a inclusão social ;
- 6 .Fórum permanente como indicador de diretrizes de políticas públicas de cultura a serem adotadas por brasil e uruguai em relação às cidades de fronteira;
- 7 . Flexibilização de trâmites burocráticos como facilitadores de intercâmbio cultural, bem como a integração de um modo geral, a exemplo de iniciativas na área de saúde;
- 8 . Prioridade na liberação de recursos para projetos cuja finalidade seja a valorização da cultura regional fronteira e do bioma pampa valorização do patrimônio material e imaterial através de políticas de reconhecimento e ações de restauro, conservação e registro;
- 9 . Viabilização de programas que garantam suporte e recursos para elaboração de projetos culturais voltados ao cotidiano dos povos fronteiriços, com ênfase no desenvolvimento e valorização turística, especialmente nos seguintes aspectos: criação de comissões de fronteira para garantir a desburocratização a fim de permitir o fortalecimento e intercâmbio da diversidade cultural;
10. Oportunizar o desenvolvimento cultural pelo estabelecimento de acordos binacionais para o fomento à formação artístico cultural através do intercâmbio de políticas públicas já adotadas pelos dois países a exemplo de: pontos de cultura, usinas e fábricas culturais, escolas binacionais de arte; feiras do livro binacionais; escolas binacionais de ensino elementar e médio;
11. Criação de mecanismos que visem à distribuição equitativa dos benefícios e programas culturais com atenção especial para as cidades de baixa densidade populacional.

Adaptado de <<http://brfatima.blogspot.com.br/p/carta-da-fronteira.html>>